

HUGO DAVID SANTANA

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS COM O
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL *TERRA COZIDA DO
PANTANAL***

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2008**

HUGO DAVID SANTANA

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS COM O
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL *TERRA COZIDA DO
PANTANAL***

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em
Desenvolvimento Local da Universidade Católica
Dom Bosco, como requisito para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação
do Prof. Dr. Luis Carlos Vinhas Ítavo

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2008**

Ficha catalográfica

Santana, Hugo David

S232r As relações dos atores envolvidos com o arranjo produtivo local terra cozida do pantanal / Hugo David Santana; orientação. Luís Carlos Vinhas Ítavo 2008

91 f. + anexos

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo. Grande, Mestrado em desenvolvimento local, 2008.

Inclui bibliografia

1. Planejamento regional 2. Arranjo produtivo local. 3. Desenvolvimento local 4. Capital social 5. Desenvolvimento social I. Ítavo, Luís Carlos Vinhas II. Título

CDD-338.98171

Bibliotecária responsável: Clélia T. Nakahata Bezerra CRB 1/757

SANTANA, Hugo David. **As Relações dos Atores Envolvidos com o Arranjo Terra Cozida do Pantanal**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – UCDB, Campo Grande-MS 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Carlos Vinhas Ítavo
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Orientador

Prof. Dr. Osmar Ramão Galeano de Souza
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
Examinador

Prof. Dr. Reginaldo Brito da Costa
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Examinador

Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Examinador

Agradeço imensamente a dedicação,
respeito e profissionalismo do prof. Dr.
Luís Carlos Vinhas Ítavo, pelo tratamento
a mim dispensado.

Agradeço a Deus por dar-me à vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter possibilitado a conclusão desta pesquisa. Ao Professor Dr. Luís Carlos Vinhas Ítavo, pela forma competente de orientar. A minha esposa Marivone pela compreensão às minhas ausências.

Agradeço também aos amigos Abel Henrique, Luzia Felix e Zizo pela valiosa ajuda.

RESUMO

O objeto de estudo foi o Arranjo Produtivo “Terra Cozida do Pantanal”, assim, como os vínculos estabelecidos entre os integrantes, de modo a possibilitar a participação e atuação conjunta, bem como a coordenação e controle de ações e projetos encaminhados (governança); de atribuir competências para a manutenção de uma dinâmica de inovação e desempenho coletivo que se reverta em desenvolvimento local. Os resultados agrupados e tabulados foram correlacionados com as informações de natureza bibliográfica e documental, tendo com o apoio do referencial teórico. Foram verificadas as relações dos atores envolvidos com o Desenvolvimento Local. Nessa dinâmica destacou-se o papel das redes sociais construídas entre os atores, na socialização do conhecimento produzido: SEBRAE-MS atuando como órgão de articulação das organizações de apoio aos atores locais, propiciando espaços coletivos de aprendizagem, a “Associação Terra Cozida do Pantanal” utilizando-se de uma estratégia de articulação e mobilização de apoio aos atores integrantes do Arranjo Produtivo Local, de modo que venha possibilitar a participação e atuação conjunta, propiciando desta maneira o surgimento do capital social e a coordenação e controle de ações dos projetos encaminhados, vislumbrando desta maneira a governança.

Palavras-Chave: Arranjo Produtivo Local, Governança, Capital Social, Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The object of this study is the Productive Arrangement “Terra Cozida do Pantanal” (Baked Clay of the Pantanal). The targets of the research were, firstly, diagnosing the articulation and the relationships among the actors taking part in the Local Productive Arrangement, as well as the ties established among its members so that conjoint participation and action might be both possible, in addition to the coordination and the control of actions and projects put forward (governance); secondly, attributing competences in order to maintain innovation and collective performance which may revert to local development. The results were grouped and organized in tabular forms, and then correlated with the bibliographic and documentary references. The relationships between the participant actors and the Local Development could be observed in such a way that true distinction goes to the role of the social networks among those actors for the socialization of the knowledge produced; to “SEBRAE-MS” which was the articulator among the local actors supportive organizations and also provided collective rooms for the learning process; to the “Associação Terra Cozida do Pantanal” (Baked Clay of the Pantanal Association) which used the strategy of articulation and mobilization to support the participant actors in the Local Productive Arrangement, leading to the conjoint participation and action and, consequently, to the occurrence of the capital stock, the coordination and the control of the actions and projects put forward, so as to surmise the governance.

Key Words: Local Productive Arrangement, Governance, Capital Stock, Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama representativo de um Arranjo Produtivo Local.....	35
Figura 2 – Diagrama representativo de um Sistema Produtivo Local.....	36
Figura 3 – Diagrama representativo da evolução de um Arranjo Produtivo Local para um Sistema Produtivo Local.....	37
Figura 4 – Microrregião Geográfica do Alto Taquari.....	42
Figura 5 - Evolução de ICMS – 2001-2005.....	46
Figura 6 - ICMS Por Atividade Econômica – 2001-2005.....	46
Figura 7 – Rio Verde de Mato Grosso na via de acesso rodoviário.....	48
Figura 8 - Melhoria em relação ao Arranjo Produtivo Local.....	60
Figura 9 - Opinião a respeito do Arranjo Produtivo Local.....	61
Figura 10 - Melhoria da renda em relação a implantação do APL.....	61
Figura 11 - Qualidade de vida em relação ao APL.....	62
Figura 12 - Diagrama Representativo das Conexões de Atores Envolvidos nas Ações do APL.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do PIB da Região Norte do Estado de MS e do Brasil no período entre 1985 a 1996.....	43
Gráfico 2- Evolução dos índices de Desenvolvimento Humano da Região Norte - MS, no período de 1970 a 1991.....	44

TABELA

Tabela 1: Arrecadação do ICMS, por Atividade Econômica – 2001-2005	45
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1.....	16
1.1 REFERENCIAS METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS.....	16
1.1.1 Métodos e conceitos que serão discutidos.....	16
1.1.1.1 Problema.....	16
1.1.1.2 Objetivos.....	17
1.1.1.3 Caracterização da pesquisa.....	17
1.1.1.4 Dimensão documental bibliográfica.....	19
1.1.1.5 trabalho de campo.....	19
1.2 TERRITORIALIDADE ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO TERRITO- RIAL ENDÓGENO.....	20
1.2.1 Sistemas territoriais produtivos	21
1.2.2 O desenvolvimento territorial endógeno.....	22
1.2.3 Dimensões e estratégias do desenvolvimento territorial.....	26
1.2.4 Governança democrática do território.....	28
1.2.5 Capital social.....	30
 CAPÍTULO 2 - ORIGEM E TRAJETÓRIA DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL – TERRA COZIDA DO PANTANAL.....	 32
2.1 - O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL – APL – NO CENÁRIO BRASILEIRO....	32
2.2 – CARACTERIZAÇÃO DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL.....	34
2.3 – EVOLUÇÃO DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) PARA UM SIS- TEMA PRODUTIVO LOCAL (SPL)	36
2.4 - HISTÓRICO DO APL TERRA COZIDA DO PANTANAL.....	37
2.5 - O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL – APL CERÂMICO DA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL.	39

3 - CARACTERIZAÇÃO E O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO/MS.....	41
3.1 – CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO EM QUE SE INSERE O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL.	41
3.2 – DIMENSÃO ECONÔMICA.....	42
3.3 – EVOLUÇÃO DO PIB REGIONAL.....	43
3.4 – EVOLUÇÃO DO IDH DA REGIÃO NORTE.....	44
3.5 – SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO.....	45
3.6 – INFRA-ESTRUTURA.....	47
 4 - DESCRIÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO: A CORRELAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO APL – TERRA COZIDA DO PANTANAL.....	 49
4.1 – ANÁLISES DOS DADOS.....	49
4.1.1 Respostas da: Direção do Sebrae responsável geral pela coordenação geral dos Arranjos Produtivos Locais de Mato Grosso do Sul.....	49
4.1.2 Entrevistas semi-estruturada dirigida aos empresários do setor cerâmico..	51
4.1.3 Entrevista semi-estruturada dirigida ao gestor do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde de Mato Grosso/MS.....	55
4.1.4 Entrevista semi-estruturada dirigida ao prefeito municipal de Rio Verde de Mato Grosso/MS.....	57
4.1.5 Questionário consulta dirigido aos artífices do setor cerâmico envolvidos no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde de Mato Grosso/MS.	58
4.1.6 Questionário consulta dirigido aos funcionários do setor cerâmico envolvidos no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde de Mato Grosso/MS.	60
4.1.7 Entrevista semi-estruturada dirigida à direção do Senai.....	62
4.2 ANÁLISE DA COOPERAÇÃO E DO PERFIL ENTRE OS ATORES (AGENTES) DO ARRANJO PRODUTIVO.....	63
4.3 PERFIL DO ATORES ENVOLVIDOS NO APL.....	65
4.4 OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E AS CORRELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	74

ANEXOS.....	78
--------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são mecanismos implementados com o esforço e apoio da CNI (Confederação Nacional da Indústria), do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da FIEMS (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul), do Sesi (Serviço Social da Indústria), do IEL (Instituto Euvaldo Lodi), do SEBRAE (Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), e contam para sua melhor performance, com o apoio do trabalho de inúmeros atores que procuram desenvolver tarefas para atingir seus objetivos.

Mesmo com uma abordagem relativamente incipiente, quando se enfocam de forma estanque, setores ou grupos de empresas. O Arranjo Produtivo Local compreende uma interação e cooperação entre atores, que de forma compartilhada, contribuem para o desenvolvimento comunitário. As trajetórias históricas, de construção de identidades econômicas com vínculos territoriais, em meios de base social, cultural, política e econômica comum, passaram a ser observadas, tanto na escala regional como local.

A inquietação quanto ao desenvolvimento local aflorou na década de 1980 em virtude a uma contínua mudança tecnológica, especialmente nas áreas de telecomunicações e microeletrônica. O crescimento contínuo da economia na década de 1970 foi interrompido pela crise do petróleo. Isso tornou necessário pensar em estratégias para o desenvolvimento local, a partir de micro e pequenas empresas. O pressuposto básico seria de que a aglomeração de empresas da mesma atividade em determinado local poderia ser potencializada, se houvesse um espírito de cooperação direcionado pela governança das atividades, e instituições apoiadoras em termos de crédito e inovação para o desenvolvimento daqueles atores. A esse processo denominou-se Arranjo produtivo local (APL), que poderia migrar para um sistema de produção local, otimizando a qualidade da mão-de-obra industrial local.

Os sistemas locais de produção são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território, apresentando vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, portanto, aqueles APL,s que não atendam a essas especialidades não podem ser considerados sistemas.

O estudo que deu origem a essa dissertação surgiu exatamente dentro desse interesse em refletir, explicar e mencionar as relações entre os atores envolvidos no APL Terra Cozida do Pantanal, com o apoio das teorias e estudos empíricos disponíveis relacionados a sistemas e arranjos produtivos locais, território e desenvolvimento local.

Buscou-se o apoio e a reflexão, bem como a teoria sobre APLs e SPLs no SEBRAE, REDESIST e autores como Zapatta e Souza referenciados nesta dissertação.

SEBRAE e REDESIST se voltaram mais especificamente para os conceitos e entendimentos de APLs e SPLs e os autores Zapatta e Souza para suas características e diferenças.

O relatório final da pesquisa, investigação e organização foi estruturado em três capítulos: No primeiro buscou-se a fundamentação teórica e conceitual que pudesse dar a base de entendimento e interpretação dos dados obtidos, nele buscou-se a relação do papel estratégico das interações sociais em contextos territoriais locais, relacionados à incorporação e disseminação do conhecimento em conjuntos de empreendimentos econômicos; no segundo voltou-se para a descrição do perfil do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal e o ambiente interativo dos atores e organizações; no terceiro, caracterizou-se o contexto sócio-econômico em Rio Verde de Mato Grosso/MS; no quarto, procurou-se descrever a análise e discussão dos resultados das entrevistas.

CAPÍTULO 1

Tendo em vista o atendimento da questão norteadora do projeto, neste capítulo enfocou-se os problemas, objetivos, caracterização da pesquisa e revisão bibliográfica.

1.1 REFERENCIAS METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS

O referencial teórico utilizado originou-se de uma revisão da literatura aplicada ao conceito de desenvolvimento local, enfocando os conceitos de Arranjo Produtivo Local utilizados pela “REDESIST” e “SEBRAE”.

1.1.1 Métodos e conceitos a serem discutidos

1.1.1.1 Problema

Os novos questionamentos que os resultados desta pesquisa suscitaram e que nortearam este projeto:

- Que variáveis explicam as relações dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal?
- Qual a relação entre atores envolvidos com o Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal?

1.1.1.2 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa foi o de correlacionar e estabelecer as relações entre atores envolvidos no APL que convergem e se combinam em situações de governança e aprendizagem coletiva dos empresários do setor cerâmico, assim como as formas de organização e desempenho coletivo.

Os objetivos específicos abordados na pesquisa foram:

- Investigar as relações entre as organizações governamentais e não governamentais e o APL
- Identificar as relações entre das organizações governamentais e não governamentais com o APL e entre empresários do APL.
- Correlacionar às relações dos Gestores dos Arranjos e Artífices no Arranjo Produtivo Local

1.1.1.3 Caracterização da pesquisa

A metodologia, nessa parte conceitual e teórica contempla as linhas conceituais e teóricas do Desenvolvimento Local. Dentre os autores: Ávila (2000) e Martinelli e Joyal (2004) reforçam-se os conceitos de Desenvolvimento Local; onde está inserido o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal.

A tipologia de estudo adotada é descritiva e qualitativa. Os fatos foram relatados simultaneamente com a sua descoberta ou constatação

Na concepção de Marconi e Lakatos (2002, p. 16) A finalidade da pesquisa é “descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos.” Já Gressler (1989, p.24) afirmou que: “Pesquisa é um inquérito ou exame cuidadoso para descobrir novas informações ou relações, ampliar, verificar o conhecimento existente.” Para Gressler (1989, p.24):

É usual falar em pesquisa mencionando-a como simples coleta de dados. Este significado, entretanto, não tem aceitação por parte da maioria dos pesquisadores. A pesquisa científica pode ser entendida como forma de observação, verificar e explanar fatos para os quais o homem necessita ampliar sua compreensão, ou testar a compreensão que já possui a respeito dos mesmos.

A respeito do assunto, enfatizou Gressler (1989, p.28) que “a pesquisa descritiva descreve sistematicamente fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse em descobrir o que é? Geralmente são pesquisas que envolvem número elevado de casos dos quais poucas variáveis são estudadas.”

A abordagem qualitativa deste trabalho decorreu da análise dos aspectos subjetivos pelo uso de técnicas interpretativas que permitem descrever e entender os fenômenos, fatos e estruturas de um processo da realidade local.

NA primeira etapa, a da definição do problema, procurou-se entrar em contato com a situação objeto de estudo e seus parâmetros espaciais, temporais e sociais. Atuando como professor da UNIDERP, campus IV, na cidade de Rio Verde de Mato Grosso-MS, onde foram realizados alguns convênios entre a UNIDERP, SEBRAE e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), e, na condição de orientador de alguns projetos como interlocutor junto a os atores e organizações de apoio, foi possível um contato mais direto, freqüente e prolongado com os atores locais e os seus contextos, com oportunidade para observar e compreender suas idéias e comportamentos.

Esta pesquisa tem importância fundamental no campo das ciências sociais, principalmente na obtenção de soluções para problemas coletivos. (Marconi e Lakatos 2002)

A segunda etapa contempla a estruturação da investigação, a qual foi com uma visão holística, levando em consideração todos os fatos e atores do lugar. É nessa etapa que se definiu como selecionar as pessoas que irão participar das pesquisas e das técnicas a serem utilizadas.

Coletar os dados e as informações necessárias foi à terceira etapa a ser executada. Para tanto, e de acordo com a origem das informações, foram classificados em três grupos:

- a) Técnicas de informações pessoais: os dados são obtidos utilizando a entrevista detalhada, a semi-estruturada e a estruturada;
- b) Técnicas de observação: neste caso, a obtenção de dados dá-se pela observação de outras pessoas participante do próprio pesquisador;
- c) Técnicas documentais: os dados são extraídos, tendo como fonte variada alguns tipos de documentos de diversas mídias.

Terminada a coleta, iniciou-se o processo de análise dos dados, que trata da estruturação e interpretação à luz das informações anteriormente obtidas, para compreender os cenários e as pessoas estudadas.

A análise de conteúdo assentou-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, seguindo-se as considerações de: Franco (2003).

1.1.1.4 Dimensão documental bibliográfica

Tendo em vista o atendimento da questão norteadora do projeto, os objetivos apresentados e em acordo com a forma de abordagem adotada e o método de pesquisa decorrente e o conjunto teórico selecionado para a execução da pesquisa, foram seguidos os seguintes procedimentos: O levantamento e a coleta de dados primários e secundários foram realizados por meio de pesquisa bibliográfica, documental, análise de conteúdo, entrevistas e questionários e pesquisa de campo. Os resultados foram verificados a partir de uma análise tabular e descritiva no arranjo analisado, verificou-se o envolvimento de vários parceiros de diversos segmentos com maior ou menor grau de participação: Direção do Órgão responsável geral pela coordenação dos arranjos produtivos locais de Mato Grosso do Sul; empresariado do setor cerâmico; gestão do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde de Mato Grosso/MS; Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso/MS, direção responsável pelas Associações ou empresas vinculadas ao Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde Mato Grosso/MS; funcionários ou artífices do setor cerâmico; o diretor do Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Rio Verde de Mato Grosso/MS. Junto ao SIGEOR (Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados) e em outras fontes que porventura pudessem fornecer subsídios, que possibilitassem a realização da pesquisa.

1.1.1.5 Trabalho de campo

Neste aspecto da pesquisa, foram convidados para opinar os atores envolvidos com o Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal, através de uma pesquisa semi-estruturada.

Inicialmente, procurou-se dividir os atores em grupos específicos, observando o grau de relevância, para um melhor aproveitamento da aplicação das entrevistas, com o intuito de facilitar o trabalho de campo:

- a) A direção do órgão (SEBRAE), responsável geral pela coordenação geral dos Arranjos Produtivos Locais de Mato Grosso do Sul;
- b) Aos empresários do setor cerâmico de Rio Verde de Mato Grosso–MS;

- c) Ao gestor do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal, de Rio Verde de Mato Grosso-MS;
- d) Ao Prefeito Municipal de Rio Verde de Mato Grosso-MS;
- e) Aos dirigentes responsáveis pelas associações ou empresas vinculadas ao Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde de Mato Grosso-MS;
- f) Aos funcionários e/ou artífices do setor cerâmico;
- g) Ao diretor do SENAI de Rio Verde de Mato Grosso-MS;

A pesquisa contemplou estes atores para que representassem e se identificassem as relações entre os envolvidos no Arranjo Produtivo Local (APL). Os participantes das entrevistas foram selecionados nos grupos de gestão, autoridades, empresários, funcionários.

Após os primeiros contatos, realizaram-se as entrevistas semi-estruturadas e, na oportunidade da visita “in loco” procurou-se observar e anotar o que fosse relevante para o objeto da pesquisa. É importante ressaltar que todos os entrevistados contatados, no próprio ambiente de trabalho, participaram das entrevistas sem nenhuma objeção, com entusiasmo e boa vontade.

O trabalho de campo contou como o apoio do gestor do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal, representada por seu administrador e, posteriormente, também pelo diretor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado da Região do Pantanal – UNIDERP Campus IV.

Os dados agrupados e tabulados foram analisados em acordo com as diferentes variáveis e categorias estabelecidas para esse fim, correlacionadas às informações obtidas nas pesquisas bibliográficas e nos documentos consultados, com apoio das teorias, conceitos e concepções trabalhadas no referencial teórico.

1.2 TERRITORIALIDADE ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O objetivo deste tópico foi de organizar uma fundamentação teórica e definir alguns conceitos que sirvam de apoio à interpretação dos dados coletados e sistematizados sobre a pesquisa de campo, com uma abordagem sistêmica e territorial, obedecendo aos princípios do desenvolvimento local.

1.2.1 Sistemas territoriais produtivos

As ações econômicas, no atual mundo em rede, ocasionado pela globalização provocou o processo de conexão e de interação qualitativa entre os países e regiões impulsionadas pelas tecnologias da informação e da comunicação. A globalização conecta em tempo real a informação e os mercados. Todos os países e regiões são afetados, positiva ou negativamente, por esse fenômeno. Ou seja, sai ganhando ou sai perdendo nesse processo (CAPRA, 1981). Ainda nessa concepção esclarece Santos (1997, p. 272): “A mediação entre o global cabe tanto ao Estado-nação assim como aos sub-espacos legais. E mesmo os agentes de constituição de circuitos organizacionais na rede mundial, um espaço movediço e inconstante formado de pontos”.

Há alguns anos diversas expressões tais como: globalização dos mercados, globalização da economia e nova divisão internacional do trabalho, estão sendo apresentadas nos mais variados meios de comunicação. A difusão das tecnologias da informação propiciou aos meios técnicos para que se articule em tempo real organizações, indivíduos e instâncias geograficamente distantes. Como escreveu Martinelli e Joyal (2004), o processo de globalização da economia se caracteriza, em termos territoriais, pela constituição de fluxos econômicos que excluem territórios a partir de movimentos de desestruturação. Abordam-se aqui as mudanças na orientação das novas formas de produção. Pensa-se também nas numerosas possibilidades oferecidas pela informática e no fortalecimento do segmento das Pequenas e Médias Empresas, num esquema de terceirização. Ainda, segundo os autores, com as mudanças observadas no sentido da fragmentação territorial, renasceram as identidades culturais e políticas nos níveis regionais e locais

Esclarecem ainda, Martinelli e Joyal (2004), que se pode analisar o desenvolvimento local sob diferentes pontos de vista. Podemos vê-lo sob o prisma do desenvolvimento econômico, voltado para o aspecto competitivo. As pessoas e governos, ao pensar em promover o desenvolvimento das regiões e das comunidades, voltam-se totalmente para o aspecto econômico, considerando apenas questões financeiras, tributárias e de geração de receitas. Porém, a globalização, ao contrário daquilo que se poderia pensar à primeira vista, vem justamente reforçar a importância do desenvolvimento local, visto que cria a necessidade de formação de identidades e de diferenciação entre regiões e comunidades, para que possam enfrentar um mundo de extrema competitividade.

Hoje, mais importante do que entender o desempenho de uma empresa, passa a ser entender o desempenho sistêmico do meio em que tal empresa se insere.

É claro que a base econômica não é fixa e, portanto, podem surgir novas tendências ao longo dos anos, fatores como novos investimentos, políticas, tecnologias e outros. A difusão das tecnologias da informação propiciou os meios técnicos para que se articulem em tempo real organizações, indivíduos e instâncias geograficamente distantes, mudanças de mercado, condições de logística, que podem alterar essa base. Nesse sentido pode-se observar que, a base econômica da região Norte do estado de Mato Grosso do Sul, foi sensivelmente alterada a partir da implantação do Arranjo Produtivo Local em 2003. Até então a base econômica da região assentava-se sua economia na pecuária extensiva. Com a consolidação do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal, essa base econômica passou a incluir produtos cerâmicos e artesanais. Os eixos produtivos representam o norte ou a direção de uma estrutura produtiva que é considerada estratégica para um determinado território. O conceito de eixo, portanto, é mais amplo do que o de base econômica, pois, emerge o dinamismo, direção, além de ligação e encadeamento. Essa situação é dada pela presença de empresas locais que conseguem estabelecer relações reguladas, com mecanismos de concorrência e cooperação, capazes de engendrar desenvolvimento endógeno.

1.2.2 O desenvolvimento territorial endógeno

O desenvolvimento territorial endógeno é uma temática que vem ganhando relevância no mundo atual, suscitando discussões, reflexões e novas práticas no processo de desenvolvimento em todo o mundo. Trata-se de uma estratégia e de um processo intencional dos atores, das pessoas de um determinado território, a partir de seus ativos, de suas potencialidades e vocações, constroem um projeto de desenvolvimento com mais participação social, mais equidade e sustentabilidade.

Território é um espaço socialmente organizado. Território significa espaço e fluxos, ou seja, lugares e pessoas interagindo, significa também uma identidade histórica e cultural. São fluxos econômicos, sociais e culturais, institucionais, políticos, humanos. São atores inteligentes organizados que podem fazer pactos, planos, e projetos coletivos.

Em se tratando de espaço no contexto de desenvolvimento local, Santos (1999, p. 51) enfatizou vários elementos da realidade, com localização definida no espaço:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima

[...] O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá [...]. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade [...]"

O território pode ser um município, um conjunto de municípios dentro de um estado ou mesmo um conjunto de municípios entre mais de um estado, o que caracteriza um território é a sua identidade cultural, seu patrimônio natural, sua organização e sua capacidade de construir um futuro melhor. O desenvolvimento territorial é uma estratégia em que os atores de uma localidade querem construir um processo de mudança social com mais participação, igualdade de oportunidades e mais qualidade de vida para a comunidade. Tudo isso, a partir de seus ativos endógenos, ou seja, seus recursos locais.

Neste contexto escreveu Souza, (2002 p.51-52)

A fronteira, na perspectiva da integração, deve preencher uma série de pré-requisitos para ser considerada como tal. O primeiro e fundamental consiste na vontade da população das populações locais. A iniciativa deve pertencer à comunidade fronteiriça; esta, pelo menos, deve ser ouvida em relação a tudo o que diz respeito à sua região, mesmo quando se trata de obras ou medidas que respondem a interesses que extrapolem o âmbito local numa dimensão nacional.

Sob essa perspectiva, Fernandes, et al.(2006), esclareceram que o desenvolvimento endógeno está ligado à capacidade de uma sociedade dominar o seu desenvolvimento, sem controle governamental, permitindo que indivíduos e grupos assumam como atores do desenvolvimento e negociem os interesses quer individuais ou coletivos.

Uma das prerrogativas do desenvolvimento é a promoção da autonomia dessas comunidades locais para que elas possam ter gerencia de seu próprio desenvolvimento. A referida autonomia não é política como características nacionalistas ou autárquicas, mas com a preservação de identidade local conciliada como os aspectos políticos e culturais. A autonomia e singularidade local não são aplicadas em modelo de desenvolvimento mimético: aplica-se a cada realidade. O desenvolvimento endógeno caracteriza-se, pois pelo estímulo e articulação dos segmentos da sociedade local em busca de solução para os principais problemas que são típicos dessa sociedade.

Na concepção de Zapata 2007, para os pensadores desta temática, a noção de desenvolvimento local ou territorial sugere uma transformação de estruturas e de modelos visando uma melhoria durável da qualidade de vida de uma comunidade. O conceito de reconhecimento e fortalecimento dos atores locais são essenciais para a sua compreensão, pois

contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente.

Observa-se que, nessa abordagem, Ávila (2000, p. 19-20) expandiu o conceito de Desenvolvimento Local, explicitando o aspecto econômico desse desenvolvimento, nesse sentido inferiu que:

[...] O termo desenvolvimento provém do verbo desenvolver formado pela junção de três outros vocábulos: *des* (prefixo latino dis -, expressando “[...] coisa (ou ação) contrária a aquela que é expressa pelo termo primitivo [...]” + *en* (significando em grego “[...] posição interior movimento para dentro [...]” + *volver* (virar, voltar, dirigir). Ajuntando *en* + *volver* forma-se o termo primitivo envolver com sentido de virar, voltar, dirigir para dentro, “[...] enrolar, embrulhar, cingir. Ora, se se adicionar *des* a *envolver*, da mesa forma que *des+cobrir* significa etimologicamente *tirar-o-que-cobre*, a idéia que o resultante termo desenvolver nos enseja, em se tratando de pessoas, é a do rompimento das amarras que as prendem -*enrolam*, *embrulham*, *cingem*- em seus status *quo*, aqueles histórica e tradicionalmente já entranhados em suas maneiras de agir, a fim de que se orientem para novas maneiras de evolução com equilíbrio e progresso, implicando “[...] transformação global” [...]

Ratificando o ponto de vista de Ávila (2000), o desenvolvimento territorial endógeno busca construir um modelo de desenvolvimento com mais participação, protagonismo dos cidadãos e cidadãs, equidade social e sustentabilidade ambiental, a partir das vocações produtivas locais. É uma estratégia e um processo que busca estimular a solidariedade e um desenvolvimento mais integrado. Trata-se de um fenômeno humano, portanto, não padronizado. Envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Suscitam-se práticas imaginativas, atitudes inovadoras e espírito empreendedor.

Conclamam a adoção de parcerias para mobilizar os recursos as energias locais. Isto aponta para diferentes caminhos segundo características e capacidade de cada comunidade. A construção do desenvolvimento territorial busca contribuir, para uma forma de gestão pública, a partir dos municípios/microrregiões, pela presença da nova Figura do gestor social contrapondo-se à Figura tradicional de prefeitos clientelistas e centralizadores. Esse novo gestor também deve ser animador/facilitador do desenvolvimento territorial, ampliando os espaços de participação social.

Como o desenvolvimento local é um modelo endógeno, ou seja, sempre construído “de baixo para cima” e de “dentro para fora”, partindo das potencialidades socioeconômicas da localidade, nessa linha de raciocínio esclareceram Martinelli e Joyal (2004, p.69):

O desenvolvimento endógeno resgata a política no âmbito local, restabelecendo o conceito de governança, em que é possível para as comunidades reconhecer suas capacidades, bem como as de suas pequenas e médias empresas em geral, que produzem preferencialmente para mercados locais sem deixar de interagir com as economias regionais. Pode-se pensar no desenvolvimento endógeno como uma

forma eficaz de mobilizar recursos locais para recriar um entorno institucional, político e cultural, que fomenta atividades produtivas e de geração de empregos em nível local, aproveitando as vantagens competitivas da integração dos mercados e dos circuitos regionais.

O desenvolvimento endógeno tem como ponto de referência as características socioculturais, que tem como objetivo de fomentar a capacidade localizadora dos atores locais.

O Desenvolvimento Local converge para a endogeneização das capacidades, competências e habilidades para que cada comunidade se torne apta a “se desenvolver de dentro para fora” de acordo com suas particularidades, nessa concepção escreveu Ávila et al. (2000, p.68):

[...] o “núcleo conceitual” do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida” (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade – assim como a “metabolização” comunitária de insumos de investimentos públicos e privados externos, visando a processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

A visão tradicional pela qual entende-se Desenvolvimento para o local, seria aquela onde uma empresa se constitui e se instala em um determinado território, gerando riquezas e empregos para aquela comunidade. Nesse sentido ressaltou Valente (2007 p.2-A):

Estamos acostumados a entender que para haver desenvolvimento não há outra saída a não ser através de articulação externa para buscar empresários e capitalistas dispostos a investir na implantação de um grande empreendimento em nosso território, ou seja, sempre estamos cobrando dos governos, investimentos que venham a possibilitar a geração de empregos para atender a demanda que cresce todo dia. Em geral, associamos o desenvolvimento a algo grande, que repentinamente mude a economia de nossa região. É claro que isso é importante, dá certo e não deve deixar de ser feito.

Observando a expansão de redes que operam em todos os campos de atividades e em tempo real e a conformação de comunidades virtuais. As novas tecnologias assim como o processo da globalização introduzem novas lógicas de evolução territorial. Nessa concepção escreveu Valente (2007 p. 2-A):

No entanto a globalização é um processo com vários efeitos e vem gerando grandes mudanças de paradigmas. Nesse processo o Desenvolvimento Local, o seja, do

território, da região, da sub-região, da cidade, do bairro, etc, enxerga oportunidades diferentes e surge como uma nova força no processo de desenvolvimento. Hoje não podemos fechar os olhos para as potencialidades locais, traduzidas pelos seus ativos vocacionais, pelo conhecimento e habilidades das pessoas, ou pelos recursos naturais. Todos esses ativos têm potencial para puxar o desenvolvimento, para criar empregos, gerar renda, e melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam o território. Tudo isso a partir de suas próprias forças.

A inquietação quanto o desenvolvimento local aflorou na década de 1980 em virtude de uma contínua mudança tecnológica, especialmente nas áreas de telecomunicações e microeletrônica. O crescimento contínuo da economia na década de 1970 foi interrompido pela crise do petróleo. Isso se tornou necessário pensar em estratégias para o desenvolvimento local, a partir das micro e pequenas empresas, nesse sentido citou Valente (2007 p.2-A):

No Desenvolvimento Local tem importância fundamental às micro e pequenas empresas ali existentes, algumas delas até informais. Essas empresas desde que organizadas e articuladas entre si podem funcionar como um pólo de Desenvolvimento Local. Essa articulação deve vir acompanhada de uma motivação para que as pessoas não fiquem acomodadas aguardando que o desenvolvimento venha através do processo exógeno.

Ao longo dos anos 80, quando a economia mundial esteve quase estacionada, os estudiosos, pesquisadores e as pessoas em geral, começaram a enxergar o desenvolvimento que ocorria em alguns territórios, acima da média dos países, e começaram a estudar o que ocorria e a estabelecer parâmetros para medir esses resultados e o que vinha por trás e junto com eles. Exemplos mais fortes vinham do sul da Itália e do Vale do Silício nos Estados Unidos. Começaram a descobrir que nos próprios locais apareceriam às soluções para os problemas de pobreza e desemprego, ou seja, o desenvolvimento estava se dando a partir do próprio território.

O desenvolvimento local é concebido à luz dos processos de territorialidade, e, portanto, como um fenômeno endógeno e sistêmico, propiciando assim, dimensões estratégicas para o desenvolvimento territorial.

1.2.3 Dimensões e estratégias do desenvolvimento territorial

A dimensão econômica busca resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos e vocações produtivos locais ou ativos endógenos, para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo os arranjos e núcleos produtivos, com a visão de cadeia de valor e integrando redes de pequenas empresas. (ZAPATA, 2007)

O desenvolvimento produtivo do território dá ênfase na diversificação e fortalecimento da base econômica local, buscando desta maneira a agregação de valor dos produtos locais e a diversificação de atividades produtivas, melhorando dessa maneira a eficiência a competitividade da economia local através da inovação tecnológica ou de gestão,

tentando buscar ainda, promover a cultura do empreendedorismo procurando desta maneira superar as práticas do assistencialismo e do clientelismo.

Outra estratégia importante para o desenvolvimento é a dimensão local/territorial que tem como eixos a construção do capital social, possibilitando dessa maneira o fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança, possibilitando potencializar características de identidade dos moradores de uma localidade e por intermédio dela, construir a coesão social, fator fundamental pra a construção de um projeto coletivo de sociedade, procurando dessa maneira qualidade de vida para as pessoas.

Nessa concepção Marteleto et al., (2004, p. 44) afirmaram:

O capital social, por sua vez, é definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações. A construção de redes sociais e a utilização conseqüente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais. Entender sua constituição pode levar à sua, como mais um recurso, em favor do desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades. Para isso, deve-se ter em conta que as redes se constituem em canais pelos quais passam informação e conhecimento. Os valores e as expectativas em torno da rede dão origem a normas de controle sobre seus membros.

Uma comunidade com crenças de competição, individualismo e com atitudes negativas sobre a possibilidade mudarem seu futuro para melhor, denota elementos culturais que contribuem de maneira negativa para a construção da coesão social. Ao contrário das comunidades que acreditam nas potencialidades coletivas, na capacidade de aprendizagem e de superação de dificuldades pelas pessoas, tendem a reproduzir atitudes favoráveis ao desenvolvimento.

As crenças, os costumes, os valores, as produções culturais, os ativos vocacionais são fatores indispensáveis para o reconhecimento das pessoas. O local ou o território deve ser compreendido como lugar de vínculos culturais e afetivos, que possui ativos econômicos e sociais e não apenas carências e necessidades.

Sob estas perspectivas as ações econômicas, no atual mundo em rede, causaram mudanças qualitativas e impôs uma nova forma de pensar a organização produtiva.

Para Casarotto Filho (2001), nos últimos anos a economia tem redescoberto a pequena empresa e a difusão do empreendedorismo. Na região italiana da Emilia Romagna, é talvez a mais empreendedora do mundo, são mais de 300 mil empresas para quatro milhões de habitantes, ou seja, uma empresa para praticamente 13 habitantes. Em alguns locais, como

Casena, chega-se a uma empresa para seis habitantes, isso é um fato, conforme evidenciou Casarotto Filho, (2001 p.11), onde o mesmo demonstrou dois importantes aspectos:

1 – a competição internacional, não tanto através das poucas grandes empresas, que, não restam dúvidas, são também fundamentais para a economia como um todo, mas, principalmente através da infinidade de pequenas e médias empresas que fazem da sua especialização, flexibilidade e intuição empresarial, a base de sua vantagem competitiva.

2 – o espaço potencial disponível às pequenas e médias empresas no mercado mundial, que cresceu e continuará crescendo, graças ao aumento de grau de variedade (personalização) e variabilidade (flexibilidade) dos produtos, dos processos e das relações, que seguem a evolução da demanda orientada às necessidades intangíveis, sempre mais sofisticadas, e à evolução tecnológica para a produção “em rede”.

Ainda nessa linha de raciocínio esclarecem (LASTRES, CASSIOLATO e MACIEL, 2003) os autores fundamentam-se na visão evolucionistas sobre inovação e mudança tecnológica, enfatizando os aspectos regionais e locais, como aprendizado, interações, competências, complementaridades, governança, entre os fatores que possibilita ao Arranjo Produtivo Local tornar-se capaz de competir em razão da sua competência organizada em torno do conjunto de atores envolvidos e em direção de determinados produtos mais competitivos.

O território econômico, à luz das teorias já apresentadas, aparece no âmbito do tecido das relações locais, estabelecido por e a partir dos atores econômicos e organizações envolvidas, concretizando desta maneira na dimensão social e política.

Entende-se um conceito mais amplo de governança como sendo o exercício do poder econômico, político e gerencial para administrar os negócios do país em todos os níveis. Governança pode-se definir como a capacidade governativa em sentido mais amplo, envolvendo a capacidade da ação estatal na implantação das políticas e na consecução das metas coletivas, incluindo também o conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade. Governança é entendida como um modo de coordenação, intervenção e participação dos agentes e atividades nos processos de decisão interna e da geração, disseminação e uso do conhecimento (LASTRES E CASSIOLATO, 2003)

1.2.4 Governança democrática do território

O conceito de governança nos remete ao ambiente do território, que tem a propriedade de articulações, parcerias e alianças, enquanto gestão refere-se mais a processos e

instrumentos de tomadas de decisões e implementações de ações. Tem características diferentes, mas, são complementares e se retroalimentam. A idéia de governança, não é a do tipo corporativa, relacionada com as redes hierarquizada das grandes empresas, e sim relacionada aos processos descentralizados de tomadas de decisões que denota parceria público-privada a repartição de poder entre governantes e governados.

Conforme evidenciou Jardim (2000, p.3) “a governança é um processo e a capacidade de articulação e organização do território, que procura potencializar os recursos internos e o aproveitamento das variáveis externas, buscando a superação das dificuldades e das ameaças propiciando o desenvolvimento”. Seguindo ainda nessa linha de raciocínio afirmou Jardim, (2000, p.1) que:

A literatura recente sobre o Estado e políticas públicas revela freqüentemente o uso de dois conceitos: governabilidade e governança, considerados aspectos distintos e complementares, conFiguradores da ação estatal.

Governabilidade diz respeito “às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma dada sociedade” tais como a forma de Governo, as relações entre os poderes, os sistemas partidários, etc.

Governança refere-se à capacidade governativa em sentido mais amplo “envolvendo a capacidade da ação estatal na implantação das políticas e na consecução das metas coletivas”, incluindo “o conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade”.

Tem sido crescente o reconhecimento de que a coordenação entre os indivíduos, organizações e as instituições, tanto de cunho vertical quanto horizontal, são fatores preponderantes no que tange a vitalidade de articulação. Nesse sentido esclarece que: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estabelece um conceito mais amplo, onde a governança é o exercício do poder econômico, político e gerencial para administrar os negócios de um país em todos os níveis. O termo governança define “os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercitam seus direitos legais, cumprem suas obrigações e conciliam suas diferenças” (PNUD, 1997)

Ainda nessa concepção esclarece Jardim (2000, p.4-5) que a formulação de políticas sociais esbarra em muitos países em desenvolvimento na ausência de sistemas de informação que apóiem o processo político decisório.

[...] A tudo se soma o problema fundamental de monitoramento. Uma gestão social eficiente requer informações em tempo real sobre quais serão os resultados e impactos concretos que se estão produzindo. No social com freqüência aparecem efeitos no planejamento, alguns desfavoráveis, e outros positivos. O campo é de alta imprevisibilidade. O monitoramento cumpre funções essenciais. O estabelecimento de sistemas de informações social com metodologias modernas, processamento informatizado, e contato contínuo com a realidade deve ser um dos eixos da renovação da institucionalidade social.

Nessa concepção o conceito de gestão, sob a ótica da Administração, está relacionado com o conjunto de recursos decisórios e a aplicação das atividades destinadas aos atos de gerir. Ainda, discorrendo sobre o assunto Rezende (2006) citou que em termos gerais, a governança pode ser entendida como competência dos gestores nas atividades e nas ações de gestão.

Reforçando essa assertiva a governança pública está associada com a capacidade dos governos na gestão das funções Federais, Estaduais e Municipais, bem como a competência da implementação de respectivas políticas públicas com o intuito de facilitar as ações necessárias e das cidades, contextualizando a participação dos cidadãos nesses desafios. Tomando por base a contribuição desses, autores, no que concebe a política pública distingue entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz, a política pública envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais sendo que os informais também são importantes.

A capacidade de participação dos atores para incrementar uma cultura de coesão e de articulação cooperativa, bem como aprender com as próprias experiências e com as externas e estabelecer a sua própria governança, possibilita a construção do capital social.

1.2.5 Capital social

Considera-se como capital social os recursos agregados com intuito de melhoria de uma população. O mesmo deve ser compreendido a partir do grau de confiança existente entre os envolvidos e atores sociais. Necessariamente devem-se seguir normas que parametrizam o comportamento das pessoas envolvidas. No que tange em relação ao desenvolvimento local, a existência de capital social é imprescindível para que não haja fracassos de desenvolvimento de uma comunidade.

Os termos comuns nos vários conceitos de capital social são: A coesão social, as expressões culturais, os arranjos institucionais e, principalmente a confiança, nesse sentido Milani et al., (2002, p.3) citaram que:

Capital social, " social " refere-se à associação, ou seja, o capital pertence a uma coletividade ou a uma comunidade; ele é compartilhado e não pertence a indivíduos (social de " sócio ", parceiro). O capital social não se gasta com o uso; ao contrário, o uso do capital social o faz crescer. Nesse sentido, a noção de capital social indica que os recursos são compartilhados no nível de um grupo e sociedade, além dos níveis do indivíduo e da família. Isso não implica que todos aqueles compartilhando determinado recurso de capital social se relacionem enquanto amigos; significa, no entanto, que o capital social existe e cresce a partir de relações de confiança e

cooperação e não de relações baseadas no antagonismo. Capital social é capital porque, para utilizar a linguagem dos economistas, ele se acumula, ele pode produzir benefícios, ele tem estoques e uma série de valores. O capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro. Não se trata, porém, de um bem ou serviço de troca. Pode (e deve) ser um elemento estratégico fundamental para avaliar a sustentabilidade de projetos e políticas.

O Capital Social é de grande valia quando se trata de atividade produtiva inserida em território composto de um aglomerado de atores que necessitam unir sinergias para trabalhar em conjunto (AMORIM, 2004)

CAPÍTULO 2

ORIGEM, TRAJETÓRIA E PERFIL DOS ATORES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

O presente capítulo teve como objetivo destacar a origem, trajetória e o perfil dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local, no município de Rio Verde de Mato Grosso – MS, denominado “Terra Cozida do Pantanal”.

2.1 - O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL NO CENÁRIO BRASILEIRO

A política industrial brasileira acolheu os Arranjos Produtivos Locais como conceito e foco no Plano Plurianual de ações compreendido no período de 2004/2007 (Plano Plurianual PL nº 30/03-Congresso Nacional - CN).

Reconhecido como meio de interiorização e geração de um desenvolvimento sustentável para as mais diversas regiões brasileiras, o sistema de Arranjo Produtivo Local caracteriza-se por criar um nível de especialização produtiva, num determinado território. Que tenha alcançado a escala de diversas empresas que atenda a mercados além das fronteiras locais.

O poder público passou então a direcionar suas atenções aos diversos pontos do Brasil onde se localizam vocações em determinados produtos e atividades de uma mesma cadeia produtiva, a fim de incentivar os seus agentes na busca da especialização de sua atividade.

A atuação do poder público busca destinar dessa forma, prioritariamente recursos públicos - financeiros fiscais e humanos - capazes de alavancar ou redirecionar seu crescimento. Atua, também, no incentivo às formações ou concentrações de um significativo número de empresas no mesmo setor que lograram gerar sinergia e externalidades, e que estão crescendo, mesmo diante de duas décadas de persistente crise econômica, o que sinaliza a capacidade desse setor de absorver eficientemente recursos públicos e privados no desenvolvimento dessa atividade.

A estratégia da Política de Desenvolvimento adotada busca, ainda, o estímulo à iniciativa privada, o apoio ao empreendedorismo individual e coletivo e a transferência sistemática de competência em gerenciamento empresarial.

O conceito para a expressão de Arranjo Produtivo Local está em elaboração. No entanto o SEBRAE (2006) definiu como:

Consideram-se Arranjos Produtivos Locais aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Os efeitos da concentração por processos interativos podem conduzir à formação de “Sistemas produtivos locais inovativos”

No entanto conforme o estudo da REDESIST, citado por Teixeira et al., (2006 p.3):

Os arranjos produtivos locais são definidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Por outro lado, os sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, como potencial para originar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local.

A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos Inovativos Locais - REDESIST (2006) desenvolveu por questão de adaptação para o Brasil os conceitos de arranjos e sistemas produtivos locais:

Designa conjuntos de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem. Geralmente incluem empresas – produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, etc., cooperativas, associações e representações - e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento. Já O termo Arranjos Produtivos Locais designa aqueles casos que não apresentam significativa articulação entre os agentes e que, assim, não podem se caracterizar como sistemas.

Normalizando um conjunto específico de atividades econômicas que propiciem a análise e interações, principalmente aquelas que conduzam a inserção de novos produtos e ou processos. Nessa concepção, a ênfase em ASPLs nos remete a investigar as relações entre os conjuntos de empresas e deste com outros atores; bem como os fluxos de conhecimento, no que concerne em sua dimensão tácita; dos aprendizados dos processos para as capacitações produtivas e organizações inovativas;

Quando as micro e pequenas empresas se organizam em forma de Arranjo Produtivo Local, abre-se a possibilidade de torná-las tão competitivas quanto às grandes empresas.

2.2 – CARACTERIZAÇÃO DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Alguns ingredientes básicos que caracterizam os Arranjos Produtivos Locais são eles: dimensão territorial, especialização produtiva, conhecimento tácito, governança, inovação e aprendizado interativo. (Zapata, 2007).

Reforçando os conceitos de Zapata (2007) que a cooperação entre os agentes constitui um elemento fundamental na competitividade do arranjo, quando se reúnem para contratar mão-de-obra especializada que possibilite trazer novos conhecimentos, propiciando dessa maneira soluções de problemas comuns, minimizando os custos operacionais, oportunizando desta forma acesso a informações e conhecimentos essenciais para a sustentabilidade do negócio. Além dessas características a articulação com instituições governamentais ou não governamentais, caracterizando um modelo que está relacionado com a idéia de redes de empresas, ou rede de cooperação.

A Figura 1 em forma de diagrama demonstra as relações entre atores num arranjo ou sistema produtivo. Cada círculo representa um ator (produtor, grupo de empresas, instituições) e dependendo da intensidade dessas e da densidade produtiva, a aglomeração tende a se caracterizar como um Arranjo Produtivo Local ou Sistema Produtivo Local, apresentado maior complexidade e eficiência.

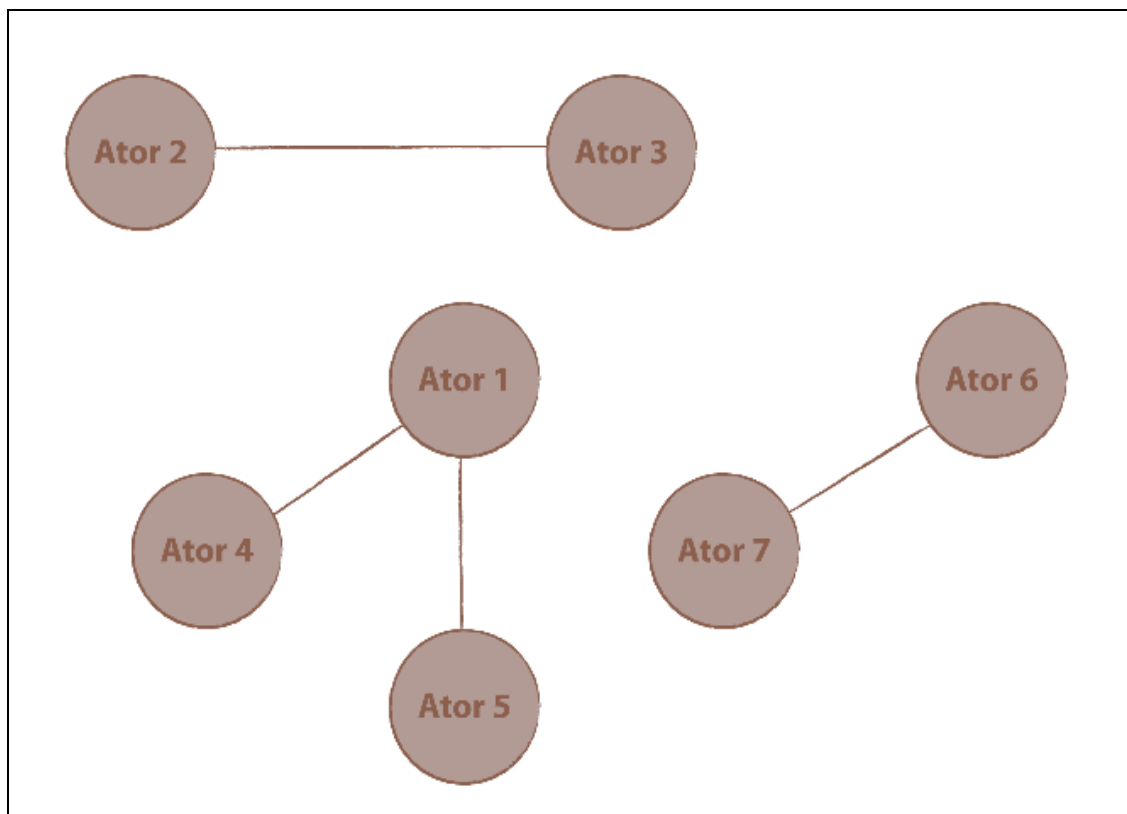


Figura 1 – Diagrama representativo de um Arranjo Produtivo Local
Fonte: Zapata,(2007)

Nesse sentido observam-se ambientes favoráveis à interação, à cooperação entre os atores e as organizações, que proporcionou a estruturação do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal.

O Arranjo Produtivo Local da região norte de Mato Grosso do Sul, viabilizado através de parcerias com empresários dos municípios, reúne e mobilizam universidades, centros tecnológicos, entidades de classes órgãos governamentais e entidades de apoio empresarial na elaboração conjunta de programas, projetos de pesquisa e estudos que propiciem o desenvolvimento do setor turístico e o fortalecimento das atividades artesanais.

2.3 – EVOLUÇÃO DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL PARA UM SISTEMA PRODUTIVO LOCAL

Assim como os Arranjos Produtivos Locais, são caracterizados como aglomerações menos estruturadas que os Sistemas Produtivos Locais. Nessa linha deve-se entender que os Sistemas Produtivos Locais, são aglomerações territoriais de atores com fortes vínculos de interdependência e articulação, propiciando desta maneira a interação, cooperação, aprendizagem, inovações, maior competitividade territorial e capacitação social.

Pode-se observar nos diagramas um Sistema Produtivo Local e na seqüência uma evolução de um Arranjo Produtivo Local, para um Sistema Produtivo Local:

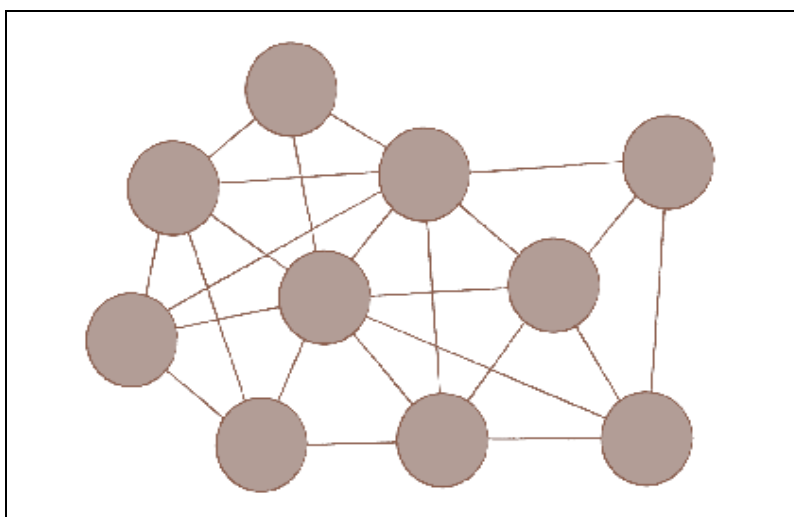


Figura 2 – Diagrama representativo de um Sistema Produtivo Local

Fonte: Zapata (2007)

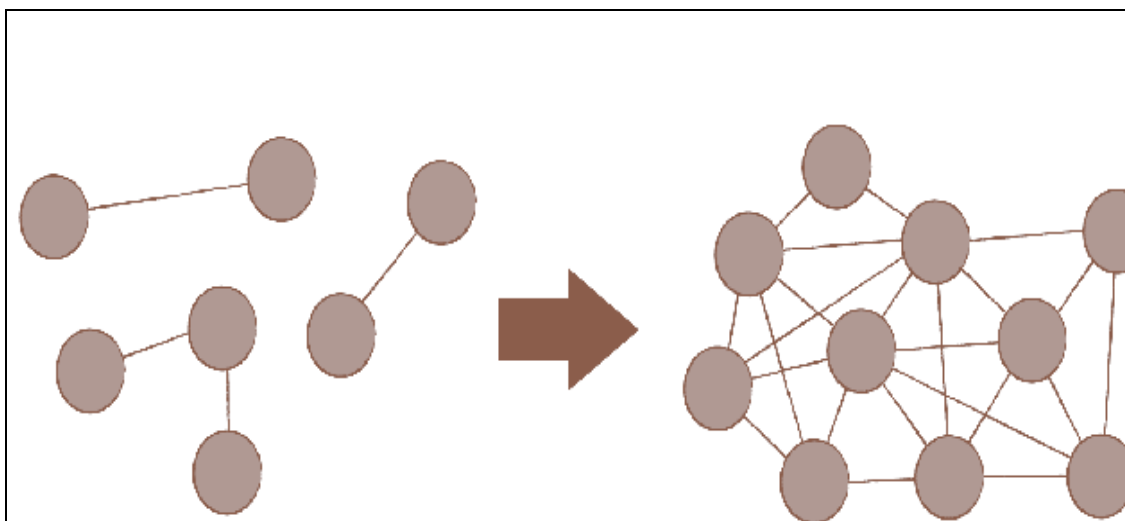


Figura 3 – Diagrama representativo da evolução de um Arranjo Produtivo Local para um Sistema Produtivo Local

Fonte: Zapata, (2007)

Conforme constata nos diagramas os Arranjos Produtivos Locais e Sistema Produtivo Local compreendem mais do que as aglomerações de empresas, envolvem inter-relações sócio-produtivas que se originam de afinidades sociais, comunitárias e de necessidades ligadas à produção. Sendo assim, o capital social, gera confiança, compromissos com outros atores, e redes de valores compartilhados, surgindo desta forma elementos estruturadores dos Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Produtivos Locais. A passagem e um estágio de arranjo produtivo para um estrutura mais sistêmica requer a formação da governança.

Nesse sentido reforçou Souza (2003 p.82).

A diferença de um Arranjo Produtivo Local para um Sistema Produtivo Local é que o primeiro possui estrutura pouco desenvolvida, tendo a informalidade como uma característica predominante na maioria dos casos. Outro ponto a ser destacado é que em grande parte os Arranjos Produtivos Locais surgiram praticamente de um improviso dos produtores ou das demandas da região; as inovações, normalmente, possuem um caráter incremental e, a mão-de-obra é pouco qualificada, sendo seu treinamento prático pouco usual. Geralmente, um arranjo produtivo é composto por micro e pequenas empresas, e cuja capacidade/ formação gerencial/administrativa dos donos/administradores é baixa ou não há quase nenhuma

2.4 - HISTÓRICO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL TERRA COZIDA DO PANTANAL

O Arranjo Produtivo Local cerâmico Terra Cozida do Pantanal foi criado em abril de 2003, viabilizado através de parcerias com empresários ceramistas da região de Rio Verde

de Mato Grosso, Coxim e São Gabriel do Oeste, reúne e mobiliza universidades, centros tecnológicos, entidades de classes, órgãos governamentais e entidades de apoio empresarial.

Hoje, o Arranjo Produtivo Local está composto por 14 indústrias cerâmicas da região, que atuam em diversas especialidades do ramo cerâmico, de cerâmicas artesanais até cerâmicas esmaltadas, passando por tijolos e telhas, até objetos artesanais, todos industrializados ou produzidos à base de argilas extraídas na região.

Reunidos em interesses comuns, esses empresários, preocupados com a necessidade da busca do crescimento e consolidação da indústria cerâmica instalada na região, para torná-la competitiva, passaram a buscar a sensibilização das indústrias locais e do poder público, garantindo assim uma ação conjunta de todos os seguimentos da sociedade na criação desse arranjo produtivo local.

Esta iniciativa se tornou realidade e, a criação do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal apresentou grandes avanços na sua consolidação, buscando sempre a sustentação do desenvolvimento local e incentivo das vocações empreendedoras, nessa concepção o Arranjo Produtivo Local:

- a) Gerou aliança e interação de conhecimento entre os agentes envolvidos;
- b) Criou novas oportunidades de mercados;
- c) Proporcionou aos participantes uma grande capacidade de articulação devido a ação conjunta através do Arranjo Produtivo Local;
- d) Difundiu conhecimentos e recursos técnicos;
- e) Obteve o reconhecimento das forças políticas e das comunidades quanto a sua importância para o desenvolvimento da atividade e da região;
- f) Através do Sebrae/MS formulou um projeto Plurianual de atuação para o desenvolvimento da nova imagem dos produtos do APL e de estratégias de atuação na busca de sua consolidação (processo, produto, marketing, design, distribuição/logística, vendas etc.);
- g) Ampliou a capacidade da busca de recursos financeiros para as empresas participantes;

2.5 - O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL CERÂMICO DA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL.

O Arranjo Produtivo Cerâmico desenvolveu-se no Norte do Estado de Mato Grosso do Sul, em função da localização das indústrias que foram agrupando-se por região, levando em conta aspectos em comum, tais como: posição geográfica, aspectos sócio-econômicos.

A geologia das matérias-primas empregadas foi definida a região de maior destaque na produção cerâmica para a implantação de programas de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Cerâmica: Região Norte: Pólo cerâmico de Rio Verde de Mato Grosso, Coxim e São Gabriel D'Oeste.

Nessa região estão instaladas indústrias de pequeno e médio porte, as quais são responsáveis por 41% da produção total mensal de blocos cerâmicos, 100% da produção total mensal de lajotas rústicas e 2% da produção total mensal de telhas produzidas no Estado, segundo SEBRAE, 2003.

A região norte destaca-se pela produção de lajotas rústicas, que abastecem não apenas o mercado regional, mas também o mercado nacional, e já inicia suas vendas para o exterior. A produtividade do setor é destacada na área do “Cotto”, uma espécie de revestimento rústico obtido por extrusão, que coloca a região como uma das maiores produtoras da Américas desse tipo de produto.

As jazidas de matéria-prima são localizadas próximas às indústrias (distância máxima de 25 km entre elas), e mais da metade delas estão legalizadas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O Estado de Mato Grosso do Sul produz 20.000.000 de peças cerâmicas por mês, sendo 15.000.000 de tijolos e 5.000.000 de telhas.

Em termos setoriais e regionais, destacam-se os principais problemas e gargalos de produção:

- a) **Micro indústria:** Processo produtivo rudimentar resulta em alta ociosidade e uso de tecnologia obsoleta; necessitando ainda da legalização das jazidas.
- b) **Pequena indústria:** Dificuldade de cumprir compromissos financeiros (pagamento do financiamento de equipamentos); falta de capital próprio para investir no aumento da produção infra-estrutura; concorrência com o mercado informal; necessidades de legalização das jazidas e carência de mão-de-obra qualificada;

- c) **Média indústria:** Demanda variável do mercado consumidor e carência de mão-de-obra qualificada, em média 150 funcionários, além da falta de financiamentos bancários.

O pólo cerâmico de Rio Verde-Coxim, organizado para abastecer principalmente a cidade de Campo Grande (83%) e arredores, destaca-se pela produção de tijolos (blocos cerâmicos) e o seu diferencial em relação aos outros pólos se dá pelo fato de ser o único a produzir cerâmica vermelha de revestimento voltado ao atendimento de mercados externos (GESICKI, 2002)

CAPITULO 3

CARACTERIZAÇÃO E O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

3.1 – CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO EM QUE SE INSERE O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL.

O município de Rio Verde de Mato Grosso foi criado em 16/12/1953, através da Lei nº. 707, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está inserido na Microrregião Geográfica do Alto Taquari (Figura 4). Localiza-se na região Centro Norte do Estado de Mato Grosso do Sul, a 201 km da capital. Limita-se ao norte com Coxim, a leste e sudeste com São Gabriel do Oeste, ao sul com Rio Negro, a sudoeste e oeste com Aquidauana e a noroeste com Corumbá. Possui uma área de 8.151.975 Km², conta com uma população de 19.082 habitantes (Mapa de Potencialidades de Empreendimentos Futuros).

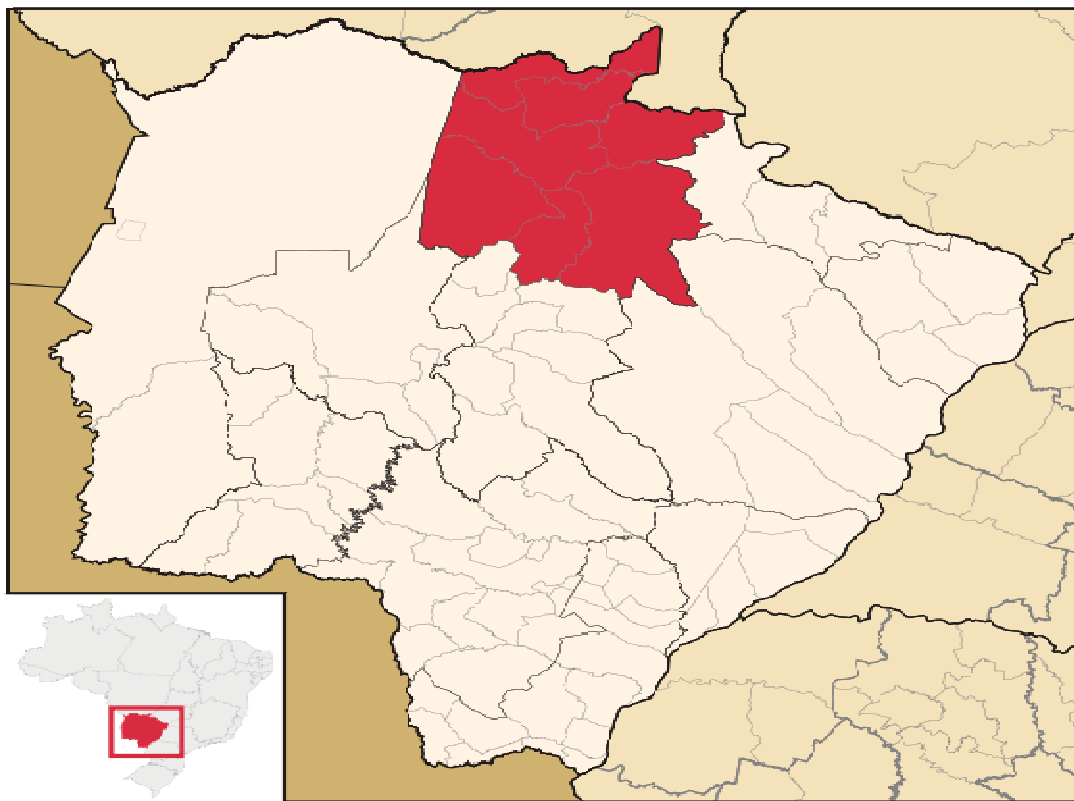


Figura 4 – Microrregião, Mato Grosso do Sul – Alto Taquari
Fonte: IBGE (1998)

3.2 – DIMENSÃO ECONÔMICA

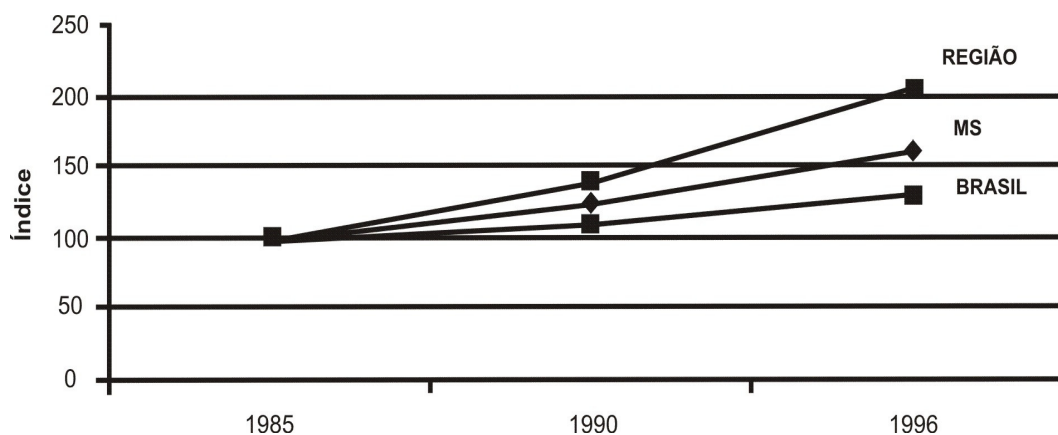
A região Norte do Estado de Mato Grosso do Sul apresenta índices crescentes de produtividade e de incrementos econômicos nas diferentes cadeias produtivas desenvolvidas em seu território.

Alguns indicadores de mudança já podem ser observados, com a implementação do pólo-cerâmico em Rio Verde de Mato Grosso ou aumento do número de estabelecimentos comerciais e de agroindústrias em São Gabriel do Oeste, Sonora, Camapuã e Costa Rica, entre outros empreendimentos. Além disso, a exploração turística, com base na pesca, que na década de 1980 passou a se verificar nos municípios de Coxim e Rio Verde de Mato Grosso e que recentemente perdera importância devido às formas de exploração não-sustentada, vem ganhando novo impulso com ações sustentáveis, baseadas no ecoturismo e no turismo rural, colaborando para diversificação das fontes de renda da população regional

3.3 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) REGIONAL

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) que é o total de riqueza gerada em período (geralmente um ano), a região tem apresentado índices expressivos, se comparados aos dos Estados e do país. No período de 1985-1996, tomando o ano de 1985 como referência (100%), enquanto o PIB do país crescia 9,88% e o do Estado 24,09%, o da região Norte do Estado cresceu 38,62%. Já no período de 1985-1996, a diferença foi ainda maior no país o PIB cresceu 21,45%, no Estado 37,46% e na região evoluíram 47,80%. A região Norte conheceu os efeitos da passagem da fronteira agrícola na economia, acompanhando a média acelerada do crescimento do PIB, que pode ser observado no Gráfico 1.

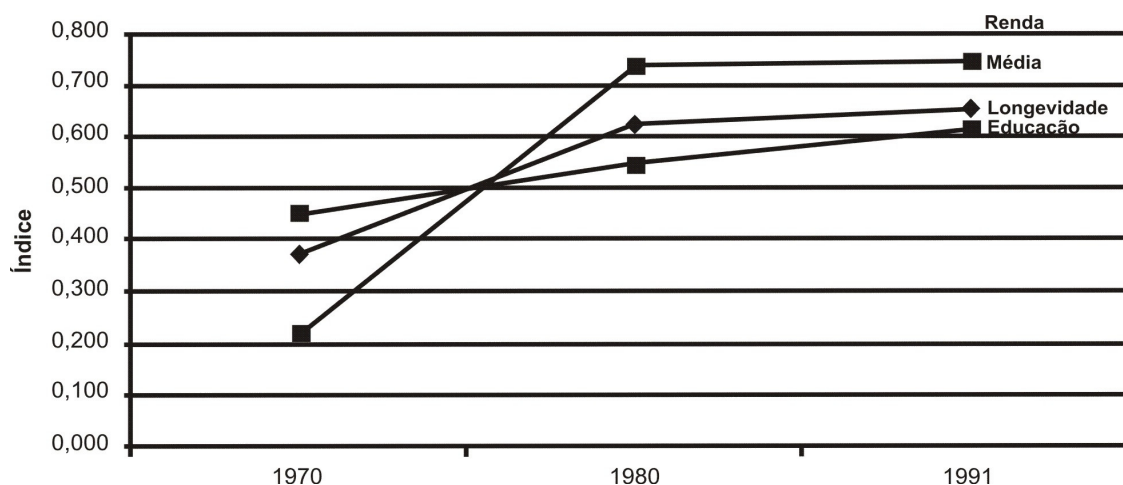
Gráfico 1 – Evolução do PIB da Região Norte do Estado de MS e do Brasil no período entre 1985 a 1996



Fonte: IBGE (1996)

3.4 – EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO NORTE-MS, NO PERÍODO DE 1970 A 1991

Gráfico 2- Evolução dos índices de Desenvolvimento Humano da Região Norte - MS, no período de 1970 a 1991.



Fonte: IPLAN (2001)

Quanto ao índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nota-se que houve um crescimento generalizado em todos os indicadores desse índice. Segundo dados do IPLAN (2001), a região Norte do Estado apresentava, em 1970, um IDH de 0,374, chegando a 0,652 em 1991. O IDH, que mede a expectativa de vida da população também apresentou um crescimento significativo, passando de 0,449 na década de 70 para 0,617 em 1991. O mesmo fato se verificou quanto ao IDH da educação, que em 1970 era inferior a 0,451 chegou a 0,604 e quanto ao IDH referente à renda, que saltou de 0,221 em 1970 para 0,736 em 1980, diminuindo um pouco em 1991, ficando em 0,750. A evolução desses índices, em parte pode ser explicada pela oferta crescente de infra-estrutura em saúde e educação. O município de Rio Verde apresenta duas unidades hospitalares, além de centros e postos de saúde. Somente para os casos mais complexos relativos à saúde, a população do município recorre a Campo Grande (IPLAN 2001). No diagnóstico realizado no Plano Estratégico do Estado em 2000, os Municípios da Região Norte do Estado de Mato Grosso do Sul apresentaram indicadores de evolução na curva do desenvolvimento humano, durante o período de franco crescimento da economia agrícola e agroindustrial ocorridos nos anos de 1970 e 1980.

3.5 – SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

A região norte do Estado de Mato Grosso do Sul conta com uma quantidade pouco expressiva de indústrias. Os principais ramos da indústria estão ligados a madeiras, alimentos, metal-mecânica, laticínios, frigoríficos, cerâmica e confecções de roupas. Dentre os principais fatores que contribuem para a pequena expressividade desses setores podemos citar a baixa densidade populacional, problemas relativos à qualificação de mão-de-obra, infra-estrutura precária e insuficiente, entre outros. Deficiências como estas têm influenciado a venda de produtos primários com baixa agregação de valor, desperdiçando possibilidades para aumento de arrecadação de impostos, e geração de empregos e renda.

Segundo fontes do IPLAN/MS, de 1995 a 1999 houve redução do número de indústrias instaladas na região que passou de 206 para 181 estabelecimentos, registrando uma queda de 12,14%. Entretanto notou-se aumento na arrecadação de impostos quando comparado nos períodos extremos da análise, subindo de R\$ 567.667,00, em 1995, para R\$ 720.316,00, em 1999, perfazendo incremento de 26,89%. A redução do número de indústrias na região foi compensada com o aumento da arrecadação do ICMS no setor comercial, conforme se evidenciou na Tabela 1 de Arrecadação de ICMS, por Atividade Econômica no período de 2001 - 2005. Mesmo ocorrendo à redução de número de indústrias, observa-se na Tabela 1 Arrecadação de ICMS, Por Atividade Econômica -2001-2005, que houve uma evolução (Figura 5) no período de 2001 (ano base) para o período de 2005, na arrecadação de ICMS, no setor de indústria de 27.42%.

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS, por Atividade Econômica – período 2001 – 2005

BANCO DE DADOS DO ESTADO - BDE/MS					
ARRECADAÇÃO DE ICMS, POR ATIVIDADE ECONÔMICA - 2001 - 2005 (R\$ 1,00)					
Atividades	2001	2002	2003	2004	2005
Comércio	753.788.245	763.135.573	1.009.819.104	1.198.028.913	1.461.421.708
Indústria	35.879.063	44.838.933	46.907.781	74.307.618	98.367.838
Pecuária	147.793.922	164.656.587	164.157.134	213.256.930	241.654.297
Agricultura	78.470.612	86.037.604	138.706.722	170.084.935	196.720.555
Serviços	194.319.237	222.561.172	273.089.376	299.780.508	391.485.104
Eventuais	33.679.599	47.864.305	64.706.321	73.449.901	70.456.989
Total	1.243.930.678	1.329.094.174	1.697.386.438	2.028.908.805	2.460.106.491

Fonte: SERC (2006)

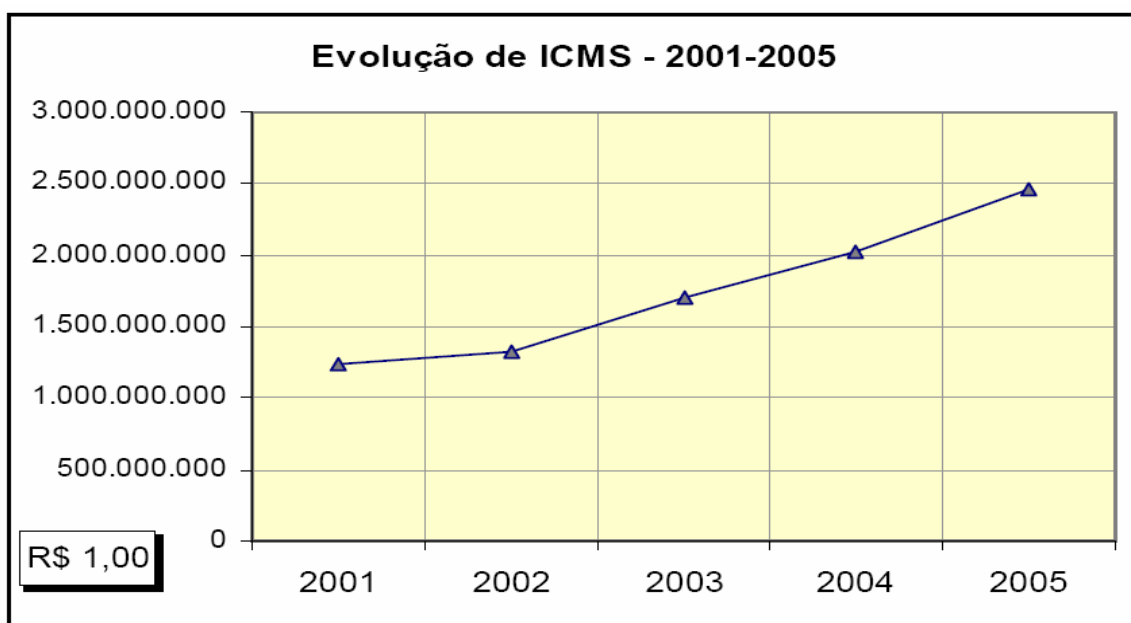


Figura 5: Evolução de ICMS – 2001-2005
 Fonte: SERC (2006)

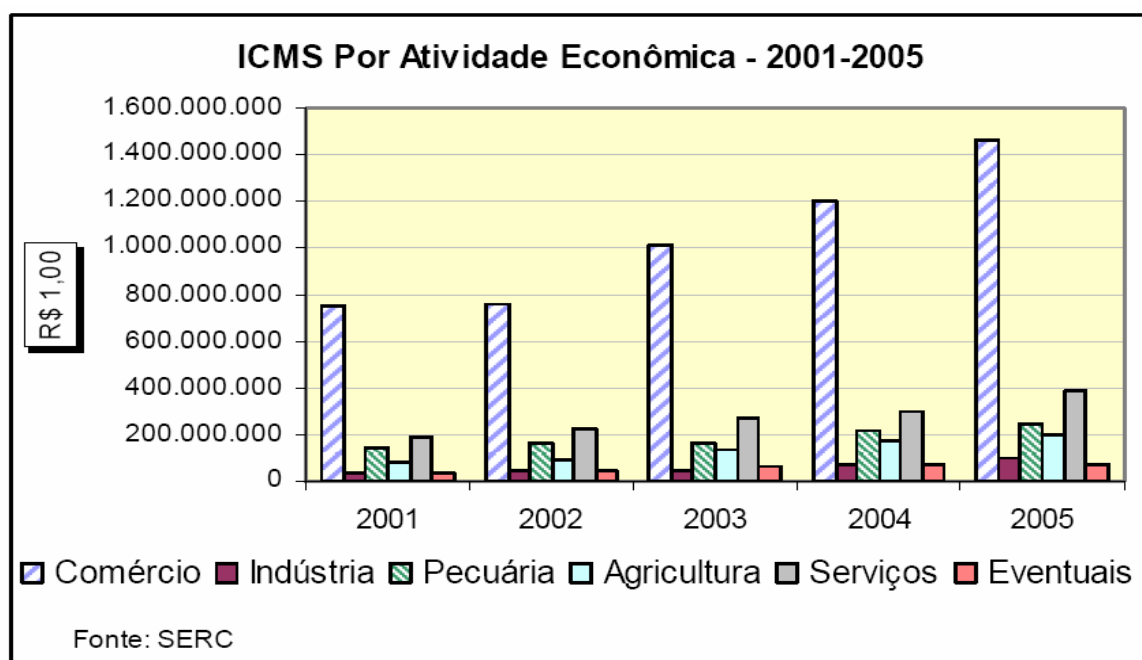


Figura 6: ICMS Por Atividade Econômica – 2001-2005
 Fonte: SERC (2006)

3.6 – INFRA-ESTRUTURA

O fator de viabilidade dessa concentração de indústrias cerâmicas em Rio Verde de Mato Grosso, diz respeito à distância e acessibilidade desse território em relação aos principais centros de consumo de Mato Grosso do Sul. A sede urbana desse município envolvido está ao longo da rodovia federal BR-163, que atravessa o Estado na direção Norte-Sul. A malha rodoviária da região Norte de Mato Grosso do Sul é composta, basicamente, por dois eixos principais: a BR 163 e a BR 060. A primeira, no sentido setentrional, tangenciando as duas principais cidades do Estado: Campo Grande e Dourados (Mapa 1), estabelece também ligação com o Estado de Mato Grosso e para a Amazônia Legal. A BR 060, que passa por Camapuã, faz a ligação com o Estado de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais.

O fornecimento de energia elétrica é feito para ENERSUL, que abastece oito municípios da região. No ano de 2000, estavam cadastrados 32.281 consumidores. O consumo residencial representava 81,63%, o setor comercial consumia 8,54% e apenas 1% era consumido pelo setor industrial. O baixo consumo de energia elétrica tem como fator de que os fornos de queima dos produtos cerâmicos são feitos a base de lenha de cerrado ou eucalipto. Há uma expectativa no futuro da implantação do gasoduto, que possibilitará a utilização do gás natural como fonte de energia para a queima dos produtos cerâmicos, possibilitando desta forma a redução de custos operacionais, bem como a redução de poluentes.



★ Cidade-sede do APL Pantanal Terra Cozida

Figura 7 – Rio Verde de Mato Grosso na via de acesso rodoviário
Fonte: Ministério dos Transportes (2002).

CAPÍTULO 4

A RELAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL – TERRA COZIDA DO PANTANAL.

A análise e discussão dos resultados são apresentadas, considerando a identificação das dimensões encontradas através da análise fatorial exploratória e as relações causais; e efeito entre as relações dos atores envolvidos no comprometimento e articulação do Arranjo Produtivo Local.

4.1 ANÁLISES DOS DADOS

Os resultados das entrevistas são apresentados a seguir, contendo as respostas e comentários com abrangências comparativas.

4.1.1 Direção do SEBRAE responsável geral pela coordenação geral dos Arranjos Produtivos Locais de Mato Grosso do Sul.

Perfil do Entrevistado: bacharel em Economia, presidente do Conselho, há oito meses.

a) A denominação completa do órgão que V.S^a. Coordena?

R: Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE-MS)

b) Como se iniciaram as atividades desse órgão?

R: “O decreto nº. 99.570 de outo de 1990, criou a entidade civil, sem fins lucrativos, em substituição ao órgão governamental anteriormente existente CEBRAC criado em 1972.”

c) Como V.Sª. Sistematiza as atividades de sua área:

R: “O SEBRAE é uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte, voltada para o fomento e difusão de programas e projetos que visam à promoção e fortalecimento das micro e pequenas empresas”

d) As Atividades são de alguma forma, incentivadas?

R: “O SEBRAE é predominantemente administrado pela iniciativa privada. É fruto de decisão política da cúpula empresarial do Estado, não se vincula à estrutura pública federal”.

e) Como surgiu a idéia das atividades e quem foi o idealizador?

R: “O SEBRAE foi integrado ao APL em 2003, diante da busca dos empresários do setor cerâmico em estruturar um arranjo produtivo que atendesse às expectativas dos produtores de cerâmica da região.”

f) De que forma mantém relacionamento com o Arranjo Produtivo Local?

R: “Como um cliente muito especial uma vez que o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal é cria do SEBRAE, é um caso de sucesso nacional”.

g) Sugestões e comentários acrescentados ao final da entrevista:

R: “Os Arranjos Produtivos Locais são a solução para o futuro econômico do Brasil. Por isso sua realização, desenvolvimento e crescimento são a própria afirmação da economia nacional, com a inclusão, pois o Brasil somos nós: as micro e pequenas empresas, clientes do SEBRAE. Por isso esta relação é extremamente importante”.

Na concepção do presidente do SEBRAE/MS, o pressuposto seria o de que a aglomeração de empresas de mesmo ramo de atividades em determinado local pode ser potencializada se houver o espírito de cooperação, direcionado pela governança das atividades e instituições apoiadoras no que tange ao crédito e inovação para que o desenvolvimento dos processos produtivos. Reforça ainda, que “Os ou Arranjos Produtivos Locais, são a solução para o futuro econômico do país”.

Nessa concepção os autores Jardim (2000) e Casarotto (2001), esclarecem que ao lado das empresas, são também protagonistas dessas formas organizacionais outros atores locais como governos, associações e instituições de financiamento, ensino, formação e outras atividades correlatas.

A intensificação das relações entre esses atores e o estabelecimento da coordenação dessas relações promove a prática da governança.

4.1.2 Entrevistas semi-estruturada dirigida aos empresários do setor cerâmico

As empresas Cotto Figueira, e Cerâmica Fornari originaram-se a partir do desmembramento da empresa Cerâmica Figueira.

Respostas do empresariado do setor cerâmico

1) Perfil do Entrevistado: formado em Administração de Empresas. Trabalha na organização há 22 anos, exercendo a função de Gerente Industrial, trabalha nessa função há 15 anos na Cerâmica Cotto Figueira.

a) Perguntado se há relacionamento do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal, e quais motivações o levaram a participar do Arranjo Produtivo Local.

R: “Sim” Por se tratar de uma formação de empresas que procura melhorias para as atividades e também para o município.

b) Há quanto tempo participa do Arranjo Produtivo Local? R: Desde 2004

c) Em relação os ganhos de sua participação no Arranjo Produtivo Local:

R: Considera que houve melhoria no processo produtivo, tais como redução de custos, organização.

d) E quanto aos custos:

R: Considera que houve uma redução nos custos de produção em torno de 12%

e) Em relação à produtividade e a comercialização como acontece no Arranjo Produtivo Local:

R: Argumenta que são separadas, no entanto a empresa paga uma taxa de contribuição ao APL.

f) Perguntado se valeu à pena participar do Arranjo Produtivo Local, caso positiva a resposta o que melhorou após a participação no Arranjo Produtivo Local:

R: “Sim” enfatiza que com a formação dos grupos de empresas (atores), possibilitou o fortalecimento do setor.

g) Sugestões e comentários acrescentados ao final da entrevista:

R: “Quero ser parceiro assíduo do Arranjo Produtivo Local é fundamental para a empresa. Com novas tecnologias, tendências de mercado”

2) Perfil do Entrevistado: formado em Administração de Empresas. Exerce a função na Cerâmica Fornari há 15 anos, exercendo a função de Diretor Industrial, trabalha nessa função há 20 meses.

a) Perguntado se há relacionamento do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal, e quais motivações o levaram a participar do Arranjo Produtivo Local:

R: “Sim” pondera que está diretamente relacionado com a função que exerce.

b) Há quanto tempo participa do Arranjo Produtivo Local:

R: Há três anos.

c) Em relação os ganhos de sua participação no Arranjo Produtivo Local:

R: Responde que houve uma redução dos custos de produção

d) E quanto aos custos:

R: Menciona que houve cursos de redução de custos, bem como capacitação de pessoal.

e) Em relação à produtividade e a comercialização como acontece no Arranjo Produtivo Local:

R: Responde que houve melhoria na produtividade e comercialização dos produtos, enfoca ainda que houveram muitos treinamentos e assessoria.

f) Perguntado se valeu à pena participar do Arranjo Produtivo Local, caso positiva a resposta o que melhorou após a participação no Arranjo Produtivo Local:

R: “Sim” enfatiza que melhorou na organização, no que tange ao contato com os números para cálculo de custos e ainda na fluidez da informação. Observa ainda, que houve um aumento de cooperação entre as empresas.

g) Sugestões e comentários acrescentados ao final da entrevista

R: “Estamos mais ligados e temos acesso a qualquer informação seja ela financeira, comercial, operacional, além de outras”.

3) Perfil do Entrevistado: tem o 2º grau completo. Está na organização há 21 meses, exercendo a função de gerente administrativo, na empresa Ceramitelha.

a) Perguntado se há relacionamento do o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal, e quais motivações o levaram a participar dele.

R: “Sim” Comenta que as motivações que o levaram a participar foram: assistência, tecnologia junto ao CCB (Centro Cerâmico do Brasil), apoio do SEBRAE, Certificação do IMETRO, incentivo financeiro, articulação para as vendas.

b) Há quanto tempo participa do Arranjo Produtivo Local:

R: Comenta que quando entrou na empresa, a mesma já participava do Arranjo Produtivo Local

c) Em relação os ganhos de sua participação no Arranjo Produtivo Local:

R: Responde que houve respaldo e credibilidade

d) E quanto aos custos:

R: Afirma que hoje há um gestor de custos disponibilizado pelo SEBR, para apurar o custo real da empresa.

e) Em relação à produtividade e a comercialização como acontece no Arranjo Produtivo Local:

R: Orientações para o futuro, afirma que agora há um “acordo de cavalheiro”, não há concorrência no APL, diz que houve um nivelamento.

f) Perguntado se valeu a pena participar do Arranjo Produtivo Local, caso positiva a resposta o que melhorou após a participação no Arranjo Produtivo Local:

R: “Sim” afirma que houve uma redução nos custos de produção, melhoria da produção, administração da indústria na parte operacional, comenta ainda, que houve uma maior divulgação do Arranjo Produtivo Local junto à mídia.

g) Sugestões e comentários acrescentados ao final da entrevista

R: “Hoje não há nada que possa melhorar, as ações que foram planejadas, foram executadas.”

4) Perfil do Entrevistado: 2º grau completo. Exercendo a função de Sócio-Diretor há 30 anos, na empresa Marajoara Indústria e Comércio Ltda. EPP.

a) Perguntado se há relacionamento do o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal, e quais motivações o levaram a participar do Arranjo Produtivo Local:

R: “Sim” “verdade antiga “a união faz a força”. Pequenos unidos se tornam grandes. Atraindo mercado de compradores, fornecedores e investimentos. Ganhos de todos.”

b) Há quanto tempo participa do Arranjo Produtivo Local:

R: Afirma que a partir da criação do Arranjo Produtivo Local

c) Em relação os ganhos de sua participação no Arranjo Produtivo Local

R: Comenta que há uma maior possibilidade de solidificação e crescimento da empresa.

d) E quanto aos custos:

R: “Otimização da produção, custos menores, qualidade superior, resultados positivos.”

e) Em relação à produtividade e a comercialização como acontece no Arranjo Produtivo Local:

R: “de forma bem mais satisfatória. Graças ao impacto geral criado pela força da união.”

f) Perguntado de valeu a pena participar do Arranjo Produtivo Local, caso positiva a resposta o que melhorou após a participação no Arranjo Produtivo Local:

R: “Os efeitos estão aparecendo, de forma animadora.”

g) Sugestões e comentários acrescentados ao final da entrevista

R: “Continuar participando e buscando mais subsídios para o crescimento de todos.”

5) Perfil da Entrevistada: é formada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. Trabalha na organização há três anos e quatro meses, exercendo a função de Secretária, na empresa Mecânica Trevão Ltda.

a) Perguntado se há relacionamento do o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal, e quais motivações o levaram a participar do Arranjo Produtivo Local:

R: “Sim” Argumenta que o a empresa está diretamente relacionada com a operacionalização do APL, haja vista que a mesma faz a manutenção dos maquinários (maromba) das cerâmicas e também dos veículos. Fornecendo também lenha tipo “cavaco” e de cerrado.

b) Há quanto tempo participa do Arranjo Produtivo Local:

R: Responde que desde o início “2004”

c) Em relação os ganhos de sua participação no Arranjo Produtivo Local:

R: Responde que “houve uma melhoria considerável na organização da empresa, foram oferecidos vários cursos de capacitação, redução dos custos, bolsa de capacitação (BITEC), proporcionando um estagiário para a empresa que pudesse acompanhar os processos”.

d) E quanto aos custos:

R: “Infelizmente na questão custo não houve uma resposta positiva. Falta uma tabela de preços para que possamos fazer controles. Na lenha não temos como saber o consumo de diesel” afirma que continua do mesmo jeito.

e) Em relação à produtividade e a comercialização como acontece no Arranjo Produtivo Local:

R: Prestação de serviços no que se refere à manutenção dos maquinários e consertos de veículos, comercialização de lenha aos atores envolvidos no APL.

f) Perguntado de valeu a pena participar do Arranjo Produtivo Local, caso positiva a resposta o que melhorou após a participação no Arranjo Produtivo Local:

R: “Sim”, Responde que ajudou bastante na organização, planejamento de longo prazo, esses foram os pontos que o Arranjo Produtivo Local contribuiu.

g) Sugestões e comentários acrescentados ao final da entrevista

R: “Não tem nada a acrescentar é satisfatório quer estar envolvida no Arranjo Produtivo Local, para que o mesmo fique maior.”

Quanto ao empresariado do setor cerâmico ficaram enfatizados os aspectos regionais e locais, como aprendizado, interações, competências, complementaridades, governança, entre outros fatores que diz respeito ao processo produtivo, como: redução de custos, organização, comercialização dos produtos. Nesse sentido percebe-se que o aglomerado tornou-se capaz de competir em razão da sua competência organizada em torno do conjunto de atores envolvidos. Denota-se ainda, o ganho coletivo e representativo pela acumulação do conhecimento e capital dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal.

Nesse sentido esclarecem Zapata (2007), Marteleto (2004) e Milani (2002) e Lastres, Cassiolato e Maciel (2003) que o fortalecimento do capital social está condicionado com a criação de uma rede de cooperação entre os atores e instituições, atributo indispensável como ingrediente essencial para a construção e a consolidação do Arranjo Produtivo Local. A intensificação das relações entre os atores e o estabelecimento da coordenação dessas relações promove a governança, fator primordial para a evolução do estágio de um Arranjo Produtivo para um Sistema Produtivo Local.

4.1.3 - Entrevista semi-estruturada dirigida ao gestor do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde de Mato Grosso/Ms.

Respostas do Gestor do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal

Perfil do Entrevistado: é formado em Administração de Empresas. Exerce a função de gestor da Associação Arranjo Produtivo Terra Cozida do Pantanal (ATCPAN), Trabalha na organização há três anos.

a) O que o motivou a se voltar para a gestão do Arranjo Produtivo Local:

R: Relata que por acreditar numa proposta de desenvolvimento sustentável a partir do próprio território, com os próprios valores, tanto materiais quanto humanos, locais.

b) E quanto à continuidade ou contrapartida como Gestor do Arranjo Produtivo Local:

R: Argumenta que como gestor permite que vislumbre retornos a curto, médio e longo prazo em termos de desenvolvimento econômico das cidades envolvidas.

c) Como se agrupa ou se organiza as relações entre os atores participantes diretos do Arranjo Produtivo Local:

R: Relata que a organização ou agrupamento dos parceiros se dá pela necessidade vislumbrada de atrair certos benefícios que seriam mais difíceis sem a união de todos. Considera ainda, se houver custos, será rateado entre os associados.

d) Poderia citar quem tem relação direta com o Arranjo Produtivo Local:

R: Relata que as empresas do setor cerâmico/mecânico, o poder público, representado pelas prefeituras e câmaras e as instituições Governamentais e não Governamentais. Comenta ainda, que de forma indireta a comunidades, sociedade e comércio em geral das cidades envolvidas.

e) De que forma descreveria os resultados das atividades de gestão do Arranjo Produtivo Local:

R: “O resultado mais visível é governança, entre todos os envolvidos, governos, iniciativa privada e as instituições existe uma total sintonia para que sejam atingidos os objetivos comuns”.

f) Sugestões e comentários acrescentados ao final da entrevista:

R: “Nossa gestão é feita sempre no sentido de que as ações em prol do desenvolvimento do nosso território sejam irreversíveis, que haja continuidade independente de quem venha administrar o arranjo.”

g) Como poderia descrever a rotina/atividade desempenhada em relação ao Arranjo Produtivo Local:

R: “Principalmente a articulação relacionada a agregar a todos os parceiros, administrar todos os conflitos e desenvolver projetos de infra-estrutura tais como a ampliação do SENAI, construção de um centro de apoio e desenvolvimento tecnológico e um show-room para comercialização de produtos do APL”.

O gestor do Arranjo Produtivo Terra Cozida do Pantanal, utiliza-se de uma estratégia de articulação e mobilização dos atores integrantes dos Arranjos Produtivos Locais, de modo que venha possibilitar a participação e atuação conjunta propiciando desta maneira o surgimento do capital social e a coordenação e controle de ações e projetos encaminhados, vislumbrando desta maneira a governança. Toda essa articulação político-administrativa parte

de uma abordagem participativa com o fim de estruturar e uma coesão social voltada para a mudança e o desenvolvimento local, e também para o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local.

Nesse contexto esclarecem Jardim (2000), Rezende (2006) e Milani (2002) as ações de articulações e capacitação implicam na geração e difusão do conhecimento, tendo como resultado a qualificação dos atores locais para o processo do desenvolvimento. Capacitar atores e articular políticas e um sistema de aprendizado e uma forte integração e coesão territorial.

4.1.4 Entrevista semi-estruturada dirigida ao prefeito municipal de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

Respostas do Prefeito Municipal de Rio Verde de Mato Grosso/MS

Perfil do Entrevistado: é formado em Técnico em Contabilidade. Exerce a função de prefeito municipal a dois anos e sete meses.

a) Perguntado que opinião tem a respeito do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal:

R: “Acredito que os Arranjos Produtivos Locais reforçam-se, agora com embasamento teórico, a idéia que o foco em arranjos produtivos locais pode trazer benefícios à sociedade como um todo, provocando o desenvolvimento local, integrado e sustentável. Entretanto, este possui certas premissas tanto para identificação, quanto para o desenvolvimento e fortalecimento do aglomerado que devem receber uma atenção especial perante aos órgãos gestores e também dos órgãos públicos. Particularmente o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal contribuiu para o desenvolvimento local, gerando empregos, atendendo para o aumento de competitividade de micro e pequenas empresas da região”.

b) Questionado se os APLs trouxeram alguma melhoria ou benefício para o município de Rio Verde/MS:

R: “Responde que houve um crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável, trazendo com o benefício o redutor de desigualdades sociais”

c) De que forma a Prefeitura ganha com a atuação dos Arranjos Produtivos Locais especificamente o Terra Cozida do Pantanal:

R: “Com os Arranjos Produtivos Locais a Prefeitura ganha o crescimento regional, além de ser alternativa viável e importante de desenvolvimento econômico”

d) Que tipo de relacionamento mantém a Prefeitura Municipal com o Arranjo Produtivo Local:

R: “Mantém um Convênio, aonde subsidia um funcionário que presta serviços para os Arranjos Produtivos Locais, podemos considerar um relacionamento de reciprocidade”

e) A Prefeitura oferece vantagens ou benefícios aos Arranjos Produtivos Locais, de que forma:

R: “Oferece a institucionalidade, benéfica de governabilidade entre o órgão público e órgão privado, ambos trabalhando para o desenvolvimento do município”.

f) Sugestões e comentários acrescentados ao final da entrevista:

R: “Para o desenvolvimento econômico e social do município tem grande relevância, na medida em que os projetos econômicos desenvolvidos pelos APLs vêm marcar diretamente a economia do município”.

Sob a ótica do erário público o fortalecimento de micro e pequenas empresas colocam-se como sólida alternativa para o alcance do desenvolvimento local ou sustentável possibilitando desta maneira a inclusão social. A Prefeitura canaliza inúmeros apoios aos atores do Arranjo Produtivo Local, mas em termos de coordenação ela é a responsável entre a mediação entre os atores, na articulação político-institucional e a na atração de parcerias para o fortalecimento do arranjo.

Ressaltam Martinelli e Joyal (2004), Valente (2007) e Marteleto et al., (2004) o capital social é de grande importância quando se considera a atividade produtiva inserida em um território de um aglomerado de agentes que precisam unir sinergias para trabalhar em conjunto. A prefeitura Municipal exerce importante papel na coordenação e governança de caráter externo ao arranjo produtivo local, promovendo os elementos institucionais de âmbito público necessários ao bom desempenho do arranjo.

4.1.5 Questionário consulta dirigido aos artífices do setor cerâmico envolvidos no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

A Associação RIVERARTE composta por seis membros. A presidente respondeu as questões em consonância com os demais associados.

Respostas dos Artífices do setor cerâmico

a) Em relação à sua atividade obteve melhora com a participação no arranjo:

R: “Sim” Informa que foram realizados vários cursos de capacitação tais como; design, cursos de formação de preços, para que haja um equilíbrio entre os preços praticados.

b) Que opinião tem a respeito do Arranjo Produtivo Local:

R: “Proporciona oportunidades, pois já tem uma marca divulgada, proporciona benefícios em auxílio refeição, estadia etc. Possibilita interação”

c) E sobre os outros componentes do Arranjo:

R: “A parceria é muito boa, pois um queima: ceramitelha, a Colping para aluguel e luz, a Figueira proporciona a matéria-prima e a Prefeitura Municipal proporciona combustível e eventualmente cobre algumas despesas de passagens e o SEBRAE, oferece cursos de capacitação é também paga passagens para que possamos participar das feiras”

d) E como é sua relação com esses componentes:

R: “reinvidicação e quebra pau”

E Que defeitos você poderia apontar no desempenho das atividades do Arranjo:

R: “Os trabalhos do RIVERARTE deveriam ter mais divulgação, ou seja, não apenas o nome da RIVERARTE, as peças são apresentadas em panfletos, banners, o nosso trabalho é muito bonito, tinha que ser divulgado na tv, rádio, tinha que estar aqui sempre”

e) E as qualidades do Arranjo:

R: Afirma que sempre que tem exposições ou feiras são sempre informados

f) O que poderia melhorar no Arranjo:

R: Diz que precisa de mais apoio e divulgação da associação

g) Há quanto tempo está envolvido no Arranjo Produtivo Local:

R: Afirma que desde o início do APL

O Arranjo Produtivo Terra Cozida do Pantanal, mais especificamente as Associações dos Artesões (RIVERATE) apresenta um quadro de parcerias e de apoios institucionais, almejado por qualquer aglomeração de associações. Sem que houvesse um programa específico de apoio, designado na estrutura do Arranjo Produtivo Local, as instituições governamentais e não governamentais, foram atendendo as necessidades e trazendo suas contribuições para a estruturação e do fortalecimento das Associações dos Artesões. Propiciando desta forma a consolidação da marca do Arranjo Produtivo Local,

através dos artesanatos produzidos.

Esclareceram Ávila (2002), Valente (2007) e Martinelli e Joyal (2004) que o fortalecimento das micro e pequenas empresas colocam-se como uma sólida alternativa para o alcance do desenvolvimento local e proporcionado a inclusão social.

4.1.6 Questionário consulta dirigido aos funcionários do setor cerâmico envolvidos no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

Respostas dos Funcionários do Setor Cerâmico:

Questionário dirigido aos funcionários das empresas: Cerâmica Fornari, Coto Figueira e Ceramitelha, foram entrevistados através de uma amostra, três funcionários de cada empresa:

a) Perguntado a eles qual é a expectativa e se houve melhoria em relação à participação no Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal.

R: 77,7% dos entrevistados responderam que houve melhoria, 22,3% responderam que não houve expectativa em relação à participação no Arranjo Produtivo Local.

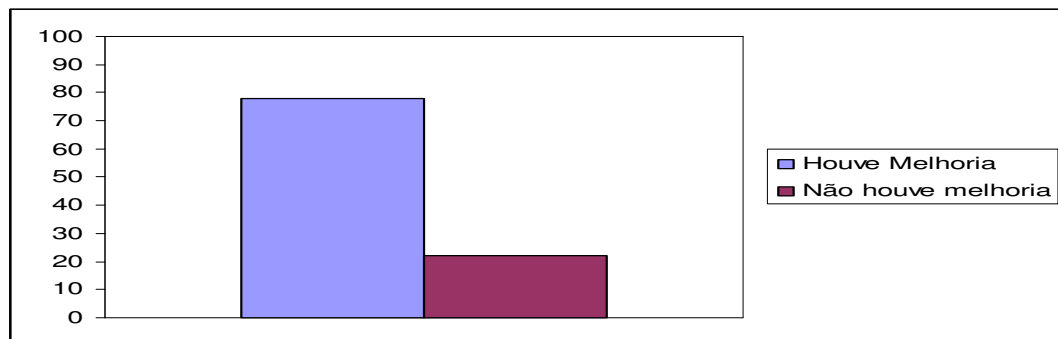


Figura 8: Melhoria em relação ao Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal

b) Perguntado aos entrevistados qual é a opinião a respeito do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal.

R: 55,5% dos entrevistados responderam que a expectativa em relação ao arranjo produtivo local é muito boa e, 44,5% responderam que é boa.

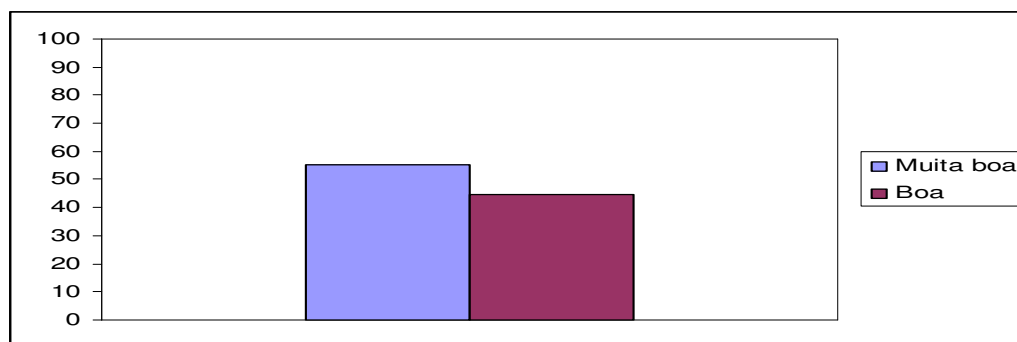


Figura 9 - Opinião a respeito do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal

c) Perguntado aos entrevistados se após a implantação do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal, se a renda mensal apresentou melhorias.

R: 22,22% dos entrevistados responderam que sim, 33,33% responderam que não e 44,45% responderam que permaneceu a mesma.

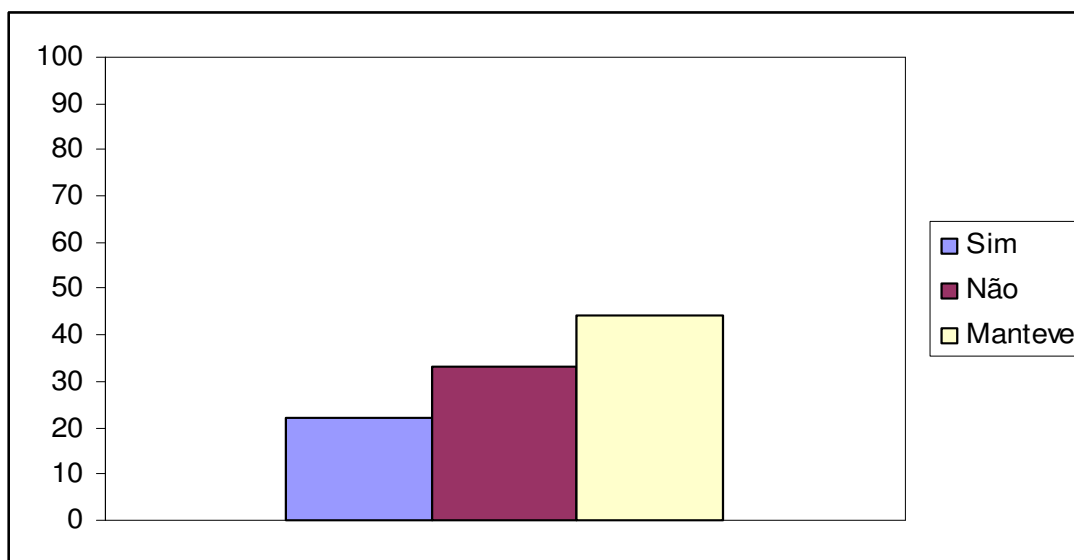


Figura 10 - Melhoria da renda em relação à implantação do APL Terra Cozida do Pantanal

d) Perguntado sobre a qualidade de vida e de seus familiares.

R: 44,44% responderam que melhorou, 11,11% respondeu que piorou e 44,45% responderam que permaneceu a mesma.

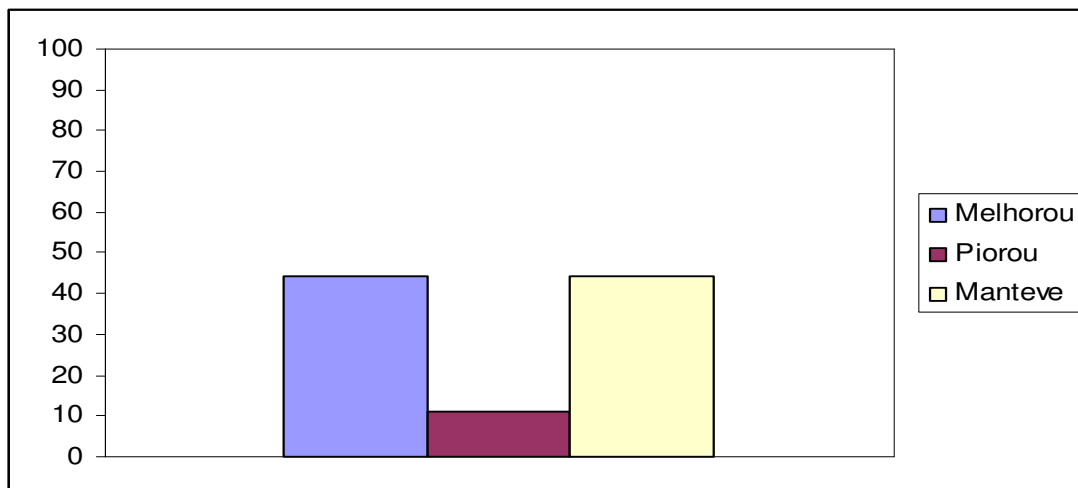


Figura 11 - Qualidade de vida em relação ao APL Terra Cozida do Pantanal

e) Perguntado aos entrevistados qual é a expectativa em relação ao Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal.

R: 100% dos entrevistados afirmaram que deve melhorar

Através das respostas dos entrevistados percebe-se que os mesmos estão bastante otimistas em relação às perspectivas de melhorias de resultados do arranjo produtivo local.

Na concepção do SEBRAE (2007), Redesist (2006), Souza (2003) e Zapata (2007), a preocupação quanto ao desenvolvimento local intensificou-se na década de 1980 em meio a uma continua mudança tecnológica. O crescimento contínuo da economia foi interrompido pela crise do petróleo, mediante a esses acontecimentos foi necessário pensar em alternativas para o desenvolvimento local a partir das micro e pequenas empresas, que constituem a maior parte das empresas geradoras de empregos. Nesse sentido o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal, tem propiciado ao município de Rio Verde de Mato Grosso-MS, geração de emprego e renda aos trabalhadores locais.

4.1.7 Entrevista semi-estruturada dirigida à direção do SENAI – MS.

Respostas do Diretor do SENAI

Perfil do entrevistado: é gerente do CFP (Centro de Formação Profissional) de Rio Verde de Mato Grosso-MS, há oito anos.

a) Perguntado se o SENAI se envolve com o APL

R: “Sim” proporciona formação de técnicos para suprir as necessidades do Arranjo Produtivo

Local.

b) Perguntado com são sistematizadas as atividades deste relacionamento.

Responde que através de cursos de formação técnica, propiciando a formação de mão-de-obra para a indústria. Prestando serviços de assistência técnica para o Arranjo Produtivo Local. Ajudando o desenvolvimento de processos (ensaios cerâmicos), processos de acreditação, certificação através da norma 17025 ABNT

No tocante as ações ligadas ao SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), de Rio Verde de Mato Grosso/MS, chama a atenção para a elevada importância do apoio técnico desta instituição, transferindo tecnologia de ponta para os Arranjos Produtivos Locais, auxiliando na certificação (ISO) e acreditação dos produtos juntos aos órgãos governamentais e não governamentais, possibilitando desta forma uma maior competitividade no mercado.

Na concepção de Zapata (2007), Marteleto et al., (2004), Casarotto (2001) e Milani et al., (2002) e Lastres, Cassiolato e Maciel (2003) considera sistemas locais de produção como um conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, competências, complementaridades, cooperação e aprendizagem que convergem para a solidificação do Arranjo produtivo Local.

4.2 ANÁLISE DA COOPERAÇÃO E DO PERFIL ENTRE OS ATORES (AGENTES) DO ARRANJO PRODUTIVO

A análise do perfil e da cooperação entre os atores do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal, elaborada na pesquisa, pode-se identificar forte relação, demonstrando desta maneira que a governança e o capital social foram, entre os atores, aspectos relevantes observados. Esta relação já foi antes fundamentada por Zapata (2007), Marteleto et al (2004), Jardim (2000) e Milani et al (2002) o arranjo produtivo Terra Cozida do Pantanal remete à idéia de uma atividade econômica com base na extração da argila e a transformação dessa matéria-prima em produtos cerâmicos, na qual entre a produção e a comercialização, vários atores/agentes se relacionam, trocando informações sobre processo de produção, bem como estratégias de comercialização, distribuição como alternativa para aumentar a competitividade. Neste aspecto outra instituição importante é o capital social acumulado pelos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local, outro fator preponderante e

relevante de cooperação entre os entrevistados foi a governança.

O ambiente responsável pela presença da cooperação no arranjo produtivo é formado pelas frequentes interações realizadas entre os atores, motivados pela busca de soluções para os problemas vitais de sobrevivência. Essas interações resultaram no acúmulo de certo capital social e governança formalizada, inicialmente, através da criação da Associação do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal.

Na posição de coordenação externa do arranjo há que se destacar primeiramente o papel desempenhado pela Associação Terra Cozida do Pantanal. Hoje a direção da associação tem um importante papel no conjunto de articulações do arranjo. Esta associação foi criada com o objetivo de discutir e organizar os interesses dos atores do Arranjo Produtivo – Terra Cozida do Pantanal. Estes atores se organizaram através de um grupo de empresas: Cerâmica RM, Associação Riverarte, Marajoara Ltda, Cerâmica Fornari, Cerâmica Fênix, Cerâmica Arco-Íris, Cotto Cerâmica Figueira, Mecânica Trevão, Trevão Auto Peças, Ceramitelha, Artesanato Figueira, Cerâmica Tijopiso, Cerâmica Pierezan. Com foco em diferentes mercados, visando à comercialização da produção.

Pode-se destacar também o papel desempenhado pela Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso/MS, que foi de grande importância devido o apoio institucional despendido em benefício dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local, que passou a exercer um papel fundamental na coordenação externa do arranjo, ao ponto de transformar em uma das principais peças externa de coordenação e de governança.

A prefeitura canaliza inúmeros apoios aos atores do Arranjo Produtivo – Terra Cozida do Pantanal, no entanto, em termos de coordenação ela é importante mediadora entre os atores, na articulação político-institucional e na atração de parcerias para o fortalecimento do arranjo.

O Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal apresenta um quadro de parcerias e de apoios institucionais, almejado por qualquer aglomeração de micro e pequenas empresa, as instituições governamentais e não governamentais, foram atendendo as necessidades do Arranjo Produtivo Local, buscando recursos financeiros através de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), para a estruturação e fortalecimento do arranjo. Embora fora do arranjo institucional, as Universidades Federais e Particulares, Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tiveram também um papel fundamental na coordenação e na transferência de tecnologia e capital social, imprescindíveis para a estruturação e o

crescimento dos Arranjos Produtivos Locais.

O Ministério da Integração Nacional tornou-se o órgão de fomento, que por meio de investimentos no Arranjo Produtivo Local possibilitam a sua estruturação e melhoria.

4.3 PERFIL DO ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

São as seguintes as instituições principais que atuam mais diretamente na promoção do APL “Terra Cozida do Pantanal” de Rio Verde de Mato Grosso/MS. Obtido após aplicação dos questionários:

a) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

O SEBRAE conta com um escritório de representação em Coxim. Além de capacitação para empreendedorismo, atua na mobilização, coordenação e articulação de iniciativas e na captação e administração de recursos. Parte da sua atuação, na região, é focada em promover o associativismo, a organização de consórcios entre outros.

b) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

O SENAI, que faz parte do Sistema Firjan, conta com uma unidade multidisciplinar em Rio Verde de Mato Grosso/MS, a qual desenvolve atividades de capacitação profissional e assistência técnica. Dentre os vários cursos que oferece no município, incluem-se os cursos técnicos em química, técnica em produção e processo industrial Químico; segurança do trabalho; técnico em cerâmico, técnico mecânico industrial, modelagem artesanato em argila etc.

c) Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso/MS

É por meio de um convênio, onde subsidia um funcionário que presta serviços para os Arranjos Produtivos Locais. Auxilia os grupos de artesãos (RIVERARTE) através de recursos financeiros, disponibiliza passagens para participarem de eventos, transporte das peças de artesanatos.

d) UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

É parceira no tocante à transferência de tecnologia e de capital social

e) ATCPAN – Associação Arranjo Produtivo Terra Cozida do Pantanal

Participa diretamente na articulação de ações políticas que possibilitam a condução do Arranjo Produtivo Local.

f) RIVERARTE

Associação dos Artesões participa ativamente na produção de produtos artesanais, divulgando o nome do Arranjo Produtivo Local

g) Mecânica Trevão

É um dos atores que propicia a manutenção dos maquinários do Arranjo Produtivo Local, bem como o fornecimento de lenha para queima dos produtos cerâmicos

h) Cotto Cerâmica Figueira Ltda

É um dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local, produzindo produtos cerâmicos: Tijolos, Lajotas

i) Cerâmica Fornari Ltda

É um dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local, produzindo produtos cerâmicos

j) Ceramitelha Ind. Com. Ltda

É um dos atores envolvidos no APL, produzindo produtos cerâmicos: Telhas

k) Marajoara Ind. e Comércio Ltda EPP

É um dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local, produzindo produtos cerâmicos: tijolos de oito furos.

l) UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

É parceira no tocante à transferência de tecnologia e de capital social

m) Cerâmica Fênix

É um dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local, produzindo produtos cerâmicos.

n) Artesanato Figueira

Produz peças de produtos artesanais.

4.4 RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Arranjo Produtivo Local “Terra Cozida do Pantanal”, apresenta um quadro de parcerias e de apoio institucionais que possibilitam uma rápida articulação. Constatase que o mais importante para uma trajetória de sucesso para um arranjo produtivo está intrinsecamente relacionado com os atores produtivos e dos poderes locais, se movimentando de “baixo para cima”, ou seja, uma movimentação endógena, propiciando desta maneira a busca de soluções complementares adequadas ao desenvolvimento local.

Os conceitos de Desenvolvimento Local e Arranjo produtivo local vemos que os dois têm muito em comum. Esta fundamentação já preceituada por Martinelli e Joyal (2004),

Santos (1999), Fenandes et al., (2006) Ávila (2002), Valente (2007), Redesist (2007), Teixeira et al., (2006) , Zapata (2007) e Valente (2007). O desenvolvimento local é endógeno e depende muito mais de fatores intangíveis, relacionados às potencialidades do ser humano que de fatores materiais (recursos materiais, instrumentos técnicos, infra-estrutura), ainda que estes fatores sejam imprescindíveis. O desenvolvimento local tem como objetivo a melhoria de vida das pessoas.

O conceito de desenvolvimento local apóia-se na idéia, de que, as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios. Entende-se o território como um ator inteligente, que pode provocar transformações e não apenas um suporte dos recursos e atividades econômicas. O desenvolvimento local/endógeno é um processo de crescimento econômico e de mudança, conduzido pela comunidade local, utilizando os seus ativos e suas potencialidades, buscando desta maneira a melhoria de qualidade de vida da população. Ratificando os conceitos desenvolvidos por Ávila et al., (2000 p. 68) onde esclarecem que:

[...] o “núcleo conceitual” do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida” (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade – assim como a “metabolização” comunitária de insumos de investimentos públicos e privados externos, visando a processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Nesse núcleo conceitual de desenvolvimento local desenvolvido por Ávila et al., (2000) se referem essencialmente a que cada comunidade e localidade desabroche, com ajuda de agentes externos, capacidades, competências e habilidades no sentido de que ela mesma se torne apta a agenciar buscando e selecionando seus próprios rumos de desenvolvimento, no que se refere a gerenciar encaminhamentos de concretização desses rumos, começando por diagnoses de suas reais necessidades, aspirações, possibilidades, condições, etc, e continuando por tomadas de decisões, elaboração de programações, deslanchamento dos correspondentes fluxos operacionais.

A estratégia de apoio ao desenvolvimento local/territorial tem como eixos a construção do capital social, o fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local, através da cooperação, da construção de parcerias e da pactuação de atores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade. O fortalecimento das micro e pequenas empresas despontam-se como uma sólida alternativa para o alcance do desenvolvimento das comunidades e com inclusão social.

No tocante à cooperação, as respostas dos entrevistados foram unânimes, no sentido de confirmar a existência de cooperação, interação e governança entre os atores, conforme pode ser observado nas respostas dos entrevistados.

Nessa linha de raciocínio explicou AMARAL FILHO (2000 p.52):

[...] em todos os casos exitosos de organização coletiva de Micro Pequenas e Médias Empresas verificou-se a presença de quatro elementos estruturantes comuns que se apresentaram de maneira articulada. Esses elementos, de acordo com o mesmo autor, referem-se ao capital social, estratégias coletivas de organização da produção, estratégias coletivas de mercado e articulação político institucional.

Articular-se significa, portanto, representar as associações e criar as sinergias de um agente com outro, sendo, desta forma, capaz de modificar, transformar a sociedade, cada membro, executando com inteira clareza e nitidez, o seu papel dentro deste conjunto.

Partindo-se de uma visão sistêmica, o Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal deve ser analisado considerando as dimensões produtivas, institucionais e comunitárias do território. Destacam-se algumas vertentes que contribuem para o incremento da competitividade e os avanços na sustentabilidade de um APL: o desenvolvimento do processo de aprendizagem, as atividades inovativas, a formação e o fortalecimento do capital social e a boa governança. A superação destes problemas foram reflexos dos processos de aprendizagem coletiva representada pelos cursos e treinamentos promovidos por instituições de apoio e capacitação SEBRAE e SENAI, desenvolvimento, conhecimento e habilidades em relação às atividades do arranjo produtivo local.

O desenvolvimento da capacidade produtiva e inovativa envolvem melhorias na qualidade dos produtos e processos. Estas ações propiciaram um ambiente dinâmico para os atores na geração e propagação de conhecimento e inovação dos produtos. Associada a estas inovações, verificam-se as inovações de processo, no que diz respeito a investimentos no parque produtivo. Outro aspecto relevante refere-se às mudanças nos conceitos e/ou práticas de marketing, em função dos processos de inovações, em seus diversos aspectos, incorporados pelos atores, o arranjo produtivo local Terra Cozida do Pantanal tem contribuindo desta forma para a competitividade, possibilitando também a conquista de espaço no mercado externo por

alguns atores.

De maneira geral, os atores organizados em forma de arranjo produtivo local, estão se apropriando e gerando conhecimentos e inovações, formando um processo fundamental de novas competências e obtenções de vantagens competitivas.

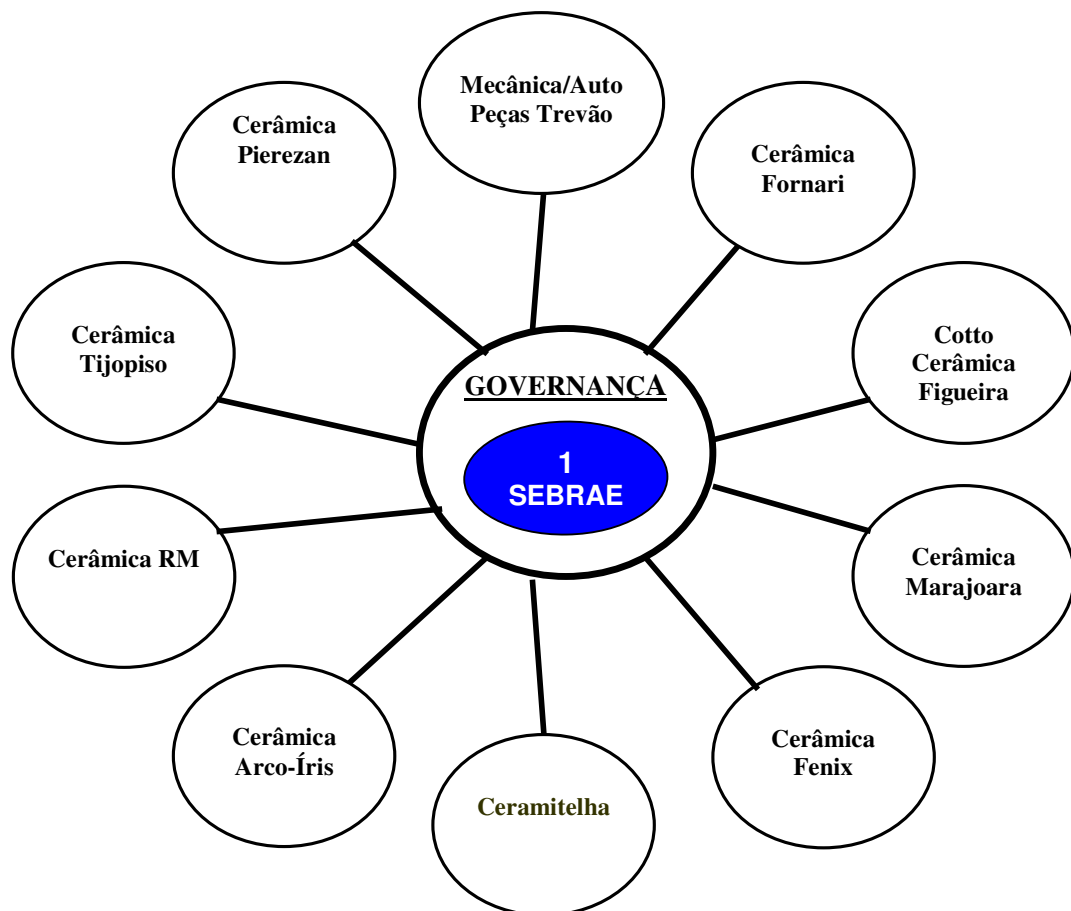
O caráter cooperativo das ações desenvolvidas permite, ainda, ações conjuntas que possibilitam a formação do capital social, a coordenação e a governança (1) das ações nos APLs de um modo geral e em particular no APL Terra Cozida do Pantanal, unindo sinergias para trabalhar em conjunto.

Essas sinergias e os trabalhos em conjunto estão representadas na Figura 12 que mostra as conexões dos envolvidos nas ações do APL Terra Cozida do Pantanal.

O SEBRAE centraliza como órgão de governança ligado aos componentes dos APLs, as ações concernentes a alianças, articulações, busca de recursos técnicos e outras já anteriormente citadas propiciando aos APLs atingir seus objetivos.

O grupo cerâmico (2) é formado por empresas cerâmicas e mecânica da região norte de Mato Grosso do Sul.

A Associação Terra Cozida do Pantanal, ATCP (3), abriga além do APL Terra Cozida do Pantanal, objeto dessa pesquisa, os outros componentes do grupo cerâmico (2).



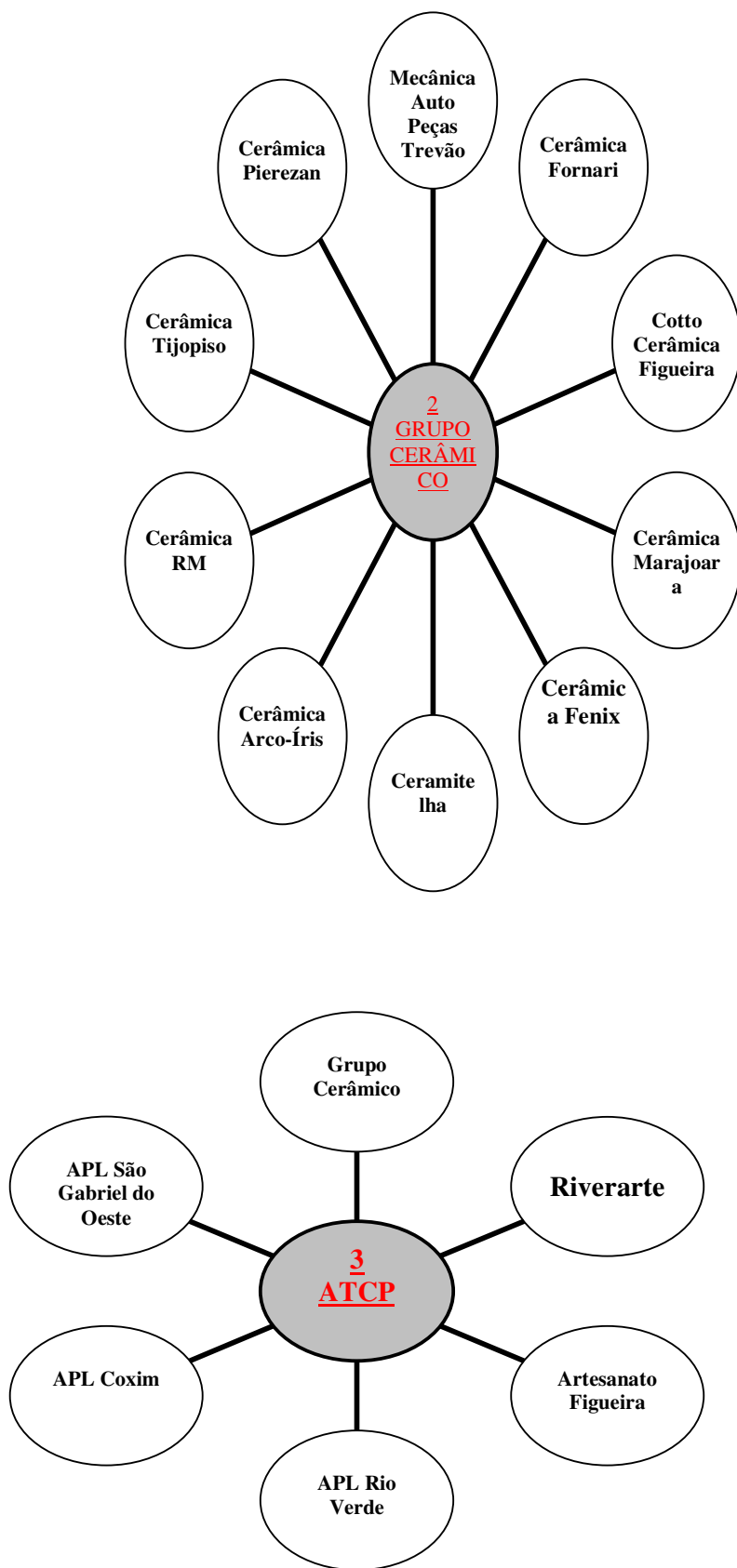


Figura 12: Diagrama Representativo das Conexões de Atores Envolvidos nas Ações do APL.

O diagrama representado pela Figura 12 demonstra as conexões de atores envolvidos nas ações do Arranjo Produtivo Local – Terra Cozida do Pantanal. O diagrama mostra que o SEBRAE coordena as ações do APL, que tem propiciado a formação da governança: pública, privada e institucional. E que as entidades organizacionais estão intensamente inter-relacionadas constituindo uma rede de relações que fortalecem a interdependência produtiva, exercendo uma colaboração eficiente com a circulação de informação e produção do saber local. A partir desses inter-relacionamentos é à medida que as conversações entre o órgão de coordenação e os atores envolvidos avançam são definidos os conjuntos de ações através de uma metodologia que possibilite a aprendizagem cooperativa.

A Associação “Terra Cozida do Pantanal” (ATCP), criada a partir de articulação dos atores (grupo cerâmico) é liderada por um coordenador (gestor) que entre outras ações, coordena esforços coletivos de mudança e capitaneia as iniciativas voltadas para a congregação dos atores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o envolvimento, relações, conexões e diversas formas de cooperação e articulações político-administrativas entre os atores participantes do APL Terra Cozida do Pantanal, é uma realidade.

As parcerias ou elos para geração do fluxo de informações ou ações – disseminando a capacitação na união de esforços – constroem e fortalecem o capital social, gerando compromisso de toda a ordem entre os atores, auferindo um melhor resultado em suas atividades. A evolução dos índices e desenvolvimento humano (p.44) expressam essa realidade na região norte.

O desenvolvimento local obedece a uma visão territorial dos processos de crescimento e mudança estrutural, no qual o território não é um mero suporte físico para os objetivos, atividades e processos econômicos, constituindo-se em um agente de transformação social.

Os resultados analisados permitiram visualizar fatores que apresentam indícios no seu desenvolvimento como: a) significativo potencial de organização dos atores; b) Desenvolvimento institucional e articulação de parcerias para o desenvolvimento local. c) A Governança, entendida como uma prática de articulação e capacitação, d) O ganho coletivo pela acumulação do conhecimento e capital dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal e a conseqüente consolidação do APL.

Nessa teia complexa de relações o SEBRAE/MS, proporciona apoio ao desenvolvimento das atividades empresariais de pequeno porte voltadas para o fomento e difusão de programas e projetos que visam à promoção das micro e pequenas empresas, inclusive as participantes dos APLs,

A Associação Arranjo Produtivo "Terra Cozida do Pantanal" através de um agente coordenador que articula as ações político-institucional, gera uma prática de planejamento territorial sob o mote da parceria e da interação entre agentes e instituições locais, entre segmentos da sociedade e dos diferentes níveis de governo, na busca da construção articulada e de uma política de coordenação entre agentes locais e ação pública. Ela possibilita a interação entre as instituições e a integração dos atores envolvidos no Arranjo Produtivo Local, pois tais ações ocorrem mediante certa governança, orientando as relações de interação entre os atores, colaborando com a formação de estratégias coletivas no âmbito da produção e inovação organizacional de produto e processo.

A boa governança observada possibilita as ações coordenadas, promovendo resultados positivos para os atores e, conseqüentemente, garantindo, o bom desempenho competitivo, além de proporcionar o desenvolvimento do arranjo produtivo local.

A abordagem de arranjos produtivos e sistemas produtivos locais têm a proposta de elaborar um modelo que englobe categorias tradicionais nas análises de aglomerações como a cooperação, mas, que inclui os processos de aprendizado, capacitação e inovação, considerados crescentemente como fundamentais para a sustentação da competitividade dos atores participantes dos aglomerados de empresas.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Mônica Alves. MOREIRA, Maria Vilma Coelho. IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 6 nº. 9 p, 25-34, Set. 2004.
- AMARAL FILHO, J. do.; AMORIM, M.A.; ROCHA, G; RABELO, D.; MOREIRA, M.V.C.; ARAÚJO, M.R. de.; SCIPIÃO, T. Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: Casos do Ceará. Disponível em < www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em 10 de Outubro de 2007, às 15:00.
- ARNS, Paulo César. ZAPATA, Tânia. PARENTE, Silvana. OSÓRIO, Carlos BRITO, Maria do Socorro. Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local. Disponível site <www.projetobndespnud.org.br> acesso em 10/10/07 as 16:00 h
- ÁVILA, Vicente Fideles de. A pesquisa na vida e na universidade: ensaio de cursos para estudantes, professores e outros profissionais. Campo Grande. UCDB. 2000.
- ÁVILA, Vicente Fideles de (org). Formação Educacional em Desenvolvimento Local: Relato de Estudo em Grupo e Análise de Conceitos. 2º ed. UCDB, 2000.
- ÁVILA, Vicente Fideles de Educação Escolar e Desenvolvimento Local: Realidade e Abstração no Currículo. Plano, 2003.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Trad. Luz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70-Persona, 1979 São Paulo: Livraria Martins Fontes – Distribuidora no Brasil.
- CASAROTTO FILHO, Nelson; HENRIQUE, Pires, Luis. Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local. São Paulo: Atlas, 2001.
- Congresso Nacional: Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – SF; Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CD (Nota Técnica Conjunta COFF/CONORF, de 17/09/2003).
- FRANCO, Maria Carla Puglisi Barbosa. Análise de Conteúdo. Barbosa Franco. Brasília: Plano Editora, 2003
- CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Ed. Cultrix, 1981

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. RAE eletrônica. São Paulo, v. 5, n. 2, Art. 11, p. 1-25 jul/Dez. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482006000200002&lng=pt&nrm=iso>.

GESICKI, Ana Lúcia et al., 2002. Panorama Produtivo da Indústria de Cerâmica Vermelha em Mato Grosso do Sul. vol. 7, nº. 1. Campo Grande: Revista Cerâmica Industrial, Jan./fev.2002.

GRESSLER, Alice Lori. Pesquisa Educacional. São Paulo: Loyola, 3º ed. 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_do_Alto_Taquari. Acesso em 18 de Abril 2008.

IPLAN – Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul. Apresenta homepage da instituição Disponível em: <http://www.iplan.org.br/enad.html>. Acesso em 14/03/2008.

JARDIM. Maria José. Capacidade Governativa, informação, e governo eletrônico. Datagramazero – Revista de Informação – v1 nº5 p. 1-8 outubro/2000 <http://www.dgz.org.br/out00/Art_01.htm> Acesso em 17 de Agosto, 2007.

LASTRES, Helena M.M. e CASSIOLATO, José Eduardo. Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. In Parcerias Estratégicas, setembro de 2003.

LASTRES, Helena. M.M e CASSIOLATO, José Eduardo. Sistema de Inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimentos. Rev Cient Cienc. Admin, Fortaleza. V 9 nº.2 p. 189 – 195, dez 2003.

LASTRES. Helena. M.M; CASSIOLATO. José Eduardo e MACIEL. M.L (Orgs.) Pequenas Empresa – Cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

LASTRES, Helena. M.M e CASSIOLATO, José Eduardo. Glossário e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Acesso em 07.12.07 às 10.10 <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 5º ed. 2002

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 5º ed. 2003

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, 2004, v.33, nº. 3, p. 41-49, Setembro/Dezembro 2004.

MARTINELLI, Pinheiro Dante, JOYAL, Andre. *Desenvolvimento Local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri: Manole, 2004

MILANI, Carlos, *Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: Atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Projeto. (2002-2005) p. 1- 8.

<<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>> Acesso em 13 de Nov., de 2.006 as 16h 50´

<<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em 17 de agosto , 2007 às 17,43´.

MILANI, Carlos. *Contestação Política, Desenvolvimento Local e Capital Social: lições a partir da experiência de Pintados (Bahia, Brasil)*. Projeto (2002-2005) p. 1-10

<<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>> Acesso em 13 de Nov., de 2.006 as 16h 50´.

<<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em 17 de agosto , 2007 às 17,43´. Ministério dos Transportes

Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte (Revista) Elaborada Pelo Governo do Estado – MS (IPLAN – Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul (José Orcírio Miranda Dos Santos em Parceria com UCDB Pe. José Marinoni Reitor UCDB).

REZENDE, Alcides Diniz. *Planejamento Estratégico Municipal como Proposta de Desenvolvimento Local e Regional de um Município Paranaense*. Revista FAE (UNIFAE) Curitiba V9 nº. 2, p. 87 - 104 Julho/Dezembro. 2006.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997 a.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo – razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999

SEBRAE/MS. *Projeto de desenvolvimento do arranjo produtivo cerâmico Terra Cozida do Pantanal*. Integral Studio Vinaccia. Campo Grande: 2003.

SERC – Secretária de Receita e Controle de Mato Grosso do Sul <http://www.sefaz.ms.gov.br/>

SILVA, da Luiz Christian. *Pequena Empresa Cooperação e Desenvolvimento Local*. Revista BUSINESS nº. 8 p. 56 - 57 Maio, 2004.

SOUZA, D. L. R de. *Arranjo produtivo de calçados do Cariri, Ceará*. Dissertação (Mestrado profissional)-CAEN/UFC, 97f. 2003.

SOUZA, Osmar Ramão Galeano. *Papel das Universidades na fronteira*. MS, UFMS 2006.

TEIXEIRA, Hissa Keuler; AMARAL FILHO Jair do; MAYORGA Ruben Dario; MAYORGA, Maria Irles de Oliveira. *Território, cooperação e inovação: um estudo sobre o*

Arranjo Produtivo Pingo D'água. Revista de Economia e Sociologia Rural. v 44 n°. 3 p. 574 – 594, Brasília jul/Set. 2006. <http://www.scielo.br/scileo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000300010&ing=pt&nrm=iso> acesso em 19/10/2007 as 15.07min

VALENTE, Frederico. Desenvolvimento Local. Jornal Correio do Estado. Ano 54 n° 16.605, Sábado 05 de Maio de 2007, Página 2 A (ARTIGO)

ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica; ARNS, Paulo César. Desenvolvimento territorial à distância Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007 <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>> Acesso em 11 de Out. de 2006 as 10 h 05´

<<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp>> Acesso em 11 de Out. de 2006 às 11 h 20´.

<<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>> Acesso em 13 de Nov., de 2.006 as 16h 50´

<<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em 17 de agosto , 2007 às 17,43´

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:MatoGrossodoSul_Micro_AltoTaquari.svg – Acesso em 18/04/2008 as 13:34

ANEXOS 1

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
– TERRA COZIDA DO PANTANAL – NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO
GROSSO – MS.**

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRIGIDA À DIREÇÃO DO ÓRGÃO
RESPONSÁVEL GERAL PELA COORDENAÇÃO GERAL DOS ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS DE MATO GROSSO DO SUL – MS.**

Esta entrevista semi-estruturada tem o objetivo de investigar os fatos de interesse dos envolvidos, direta ou indiretamente, com a área do Arranjo Produtivo Local, objeto desta dissertação.

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Professor Hugo David Santana (Mestrando)

Professor Doutor Luis Carlos Vinhas Ítavo (Professor Orientador).

Local:_____

Data:..../..../.....

DADOS DO ENTREVISTADO:

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:_____

Endereço residencial_____

Endereço da atividade: _____

Nacionalidade: _____

Formação/Titulação Acadêmica: _____

Nome da organização: _____

Tempo de trabalho na organização: _____

Nome do cargo ou função: _____

Tempo de trabalho nas funções: _____

QUESTÕES:

a) Qual a denominação completa do órgão que V.Sa. coordena?

b) Como se iniciaram as atividades deste órgão?

c) De que forma V.Sa. sistematiza as atividades de sua área?

d) Suas atividades são de alguma forma, incentivadas? Se positiva a resposta, como?

e) Como surgiu a idéia das atividades e quem foi o idealizador?

f) Como V.Sa. mantém o relacionamento com o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

g) O que V.Sa. acharia importante acrescentar como informação sobre sua área e o relacionamento com o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
– TERRA COZIDA DO PANTANAL – NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO
GROSSO – MS.**

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRIGIDA AOS EMPRESÁRIOS DO SETOR
CERÂMICO DE RIO VERDE DO MATO GROSSO – MS.**

Esta entrevista semi-estruturada tem o objetivo de investigar os fatos de interesse dos envolvidos, direta ou indiretamente, com a área do Arranjo Produtivo Local, objeto desta dissertação.

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Professor Hugo David Santana (Mestrando)

Professor Doutor Luis Carlos Vinhas Ítavo (professor orientador).

Local: _____

Data:..../..../.....

DADOS DO ENTREVISTADO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Endereço residencial _____

Endereço da atividade: _____

Nacionalidade: _____

Formação/Titulação Acadêmica: _____

Nome da organização: _____

Tempo de trabalho na organização: _____

Nome do cargo ou função _____

Tempo de trabalho nas funções: _____

QUESTÕES:

a) Há relacionamento de V.Sa. com o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

() Sim () Não

b) Caso positiva a resposta, que motivações o levaram a participar do Arranjo?

c) Caso negativa a resposta à primeira pergunta, o que o levou a não participar?

d) Considerando que há sua participação no APL citado, que tempo tem essa participação?

e) Quais os ganhos de sua participação no APL citado?

a) E quanto aos custos? Poderiam ser citados?

g) E quanto à produtividade e a comercialização como se processa no APL?

h) Valeu a pena a sua participação no APL?

() Sim () Não

i) Caso a resposta acima seja positiva ou negativa: O que melhorou em sua empresa após a participação dela no APL Terra Cozida do Pantanal ou o que prejudicou sua participação?

j) O que V.Sa. acharia importante acrescentar sobre sua relação e de sua empresa com o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
– TERRA COZIDA DO PANTANAL – NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO
GROSSO – MS.**

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRIGIDA AO GESTOR DO ARRANJO
PRODUTIVO LOCAL TERRA COZIDA DO PANTANAL, DE RIO VERDE DE
MATO GROSSO – MS.**

Esta entrevista semi-estruturada tem o objetivo de investigar os fatos de interesse dos envolvidos, direta ou indiretamente, com a área do Arranjo Produtivo Local, objeto desta dissertação.

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Professor Hugo David Santana (Mestrando)

Professor Doutor Luis Carlos Vinhas Ítavo (professor orientador).

Local:_____

Data:..../..../.....

DADOS DO ENTREVISTADO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:_____

Endereço residencial_____

Endereço da atividade:_____

Nacionalidade:_____

Formação/Titulação Acadêmica:_____

Nome da organização:_____

Tempo de trabalho na organização:_____

Nome do cargo ou função_____

Tempo de trabalho nas funções:_____

QUESTÕES:

a) O que o motivou a se voltar para a gestão do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

b) Que continuidade de ganho ou contrapartida tem a sua atuação como gestor do APL Terra Cozida do Pantanal?

c) De que forma se agrupa ou se organiza as relações entre os atores participantes diretos do APL Terra Cozida do Pantanal?

d) Quem V.Sa. poderia citar que tem relacionamento direto com o APL Terra Cozida do Pantanal?

e) E indireto?

f) De que forma descreveria os resultados das atividades de gestão do APL Terra Cozida do Pantanal?

g) O que V.Sa. acharia importante acrescentar sobre sua gestão e relacionamentos enquanto responsável pelo APL Terra Cozida do Pantanal?

h) Descreva a rotina/atividade desempenhada por V. Sa

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
– TERRA COZIDA DO PANTANAL – NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO
GROSSO – MS.**

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRIGIDA AO PREFEITO MUNICIPAL DE
RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS**

Esta entrevista semi-estruturada tem o objetivo de investigar os fatos de interesse dos envolvidos, direta ou indiretamente, com a área do Arranjo Produtivo Local, objeto desta dissertação.

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Professor Hugo David Santana (Mestrando)

Professor Doutor Luis Carlos Vinhas Ítavo (professor orientador).

Local:_____

Data:...../...../.....

DADOS DO ENTREVISTADO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome_____

Endereço da atividade:_____

Nacionalidade:_____

Formação/Titulação Acadêmica:_____

Tempo de atividade na prefeitura municipal:_____

QUESTÕES:

a) Que opinião tem V. Sa. Sobre os Arranjos Produtivos Locais e particularmente sobre o Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

b) Os APLs e particularmente o Terra Cozida do Pantanal trouxeram alguma melhoria ou benefício para o município de Rio Verde do Mato Grosso/MS?

c) E o que especificamente ganha a Prefeitura Municipal com a atuação dos APLs e particularmente com o APL Terra Cozida do Pantanal?

d) Que tipo de relacionamento mantém a Prefeitura Municipal com os APL?

e) A Prefeitura oferece vantagens ou benefícios aos APLs?

() Sim () Não

f) De que tipo, caso a resposta seja positiva?

g) V.Sa. gostaria de acrescentar alguma informação sobre os APLs ou particularmente sobre o APL Terra Cozida do Pantanal?

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
– TERRA COZIDA DO PANTANAL – NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO
GROSSO – MS.**

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRIGIDA A DIRIGENTES RESPONSÁVEIS
PELAS ASSOCIAÇÕES OU EMPRESAS VINCULADAS AO ARRANJO
PRODUTIVO LOCAL TERRA COZIDA DO PANTANAL, DE RIO VERDE MATO
GROSSO - MS**

Esta entrevista semi-estruturada tem o objetivo de investigar os fatos de interesse dos envolvidos, direta ou indiretamente, com a área do Arranjo Produtivo Local, objeto desta dissertação.

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Professor Hugo David Santana (Mestrando)

Professor Doutor Luis Carlos Vinhas Ítavo (professor orientador).

Local:_____.

Data:..../.../.....

DADOS DO ENTREVISTADO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:_____

Endereço residencial_____

Endereço da atividade:_____

Nacionalidade:_____

Formação/Titulação Acadêmica:_____

Nome da associação ou empresa_____

Tempo de trabalho na associação ou empresa:_____

Nome do cargo ou função_____

Tempo de trabalho nas funções:_____

QUESTÕES:

a) Que tipo de relação tem sua organização com o APL Terra Cozida do Pantanal?

b) Quem especificamente de sua empresa atua diretamente com o APL Terra Cozida do Pantanal e em qual atividade?

c) Que opinião tem sua organização sobre o APL e seus componentes?

d) Que contribuição ou vantagens advém do vínculo de sua organização com o APL Terra Cozida do Pantanal?

e) Desde quando sua organização tem vínculo com o APL?

f) É importante esse apoio do APL?

() Sim () Não

g) Caso positiva ou negativa sua resposta, explique-a.

h) Deseja acrescentar algo a respeito do vínculo e/ou do relacionamento com o APL Terra Cozida do Pantanal?

i) O que melhorou? O que está ruim em relação ao APL Terra Cozida do Pantanal?

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
– TERRA COZIDA DO PANTANAL – NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO
GROSSO – MS.**

**QUESTIONÁRIO CONSULTA DIRIGIDO AOS FUNCIONÁRIOS E/OU ARTÍFICES
DO SETOR CERÂMICO ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
TERRA COZIDA DO PANTANAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS**

Este questionário consulta tem o objetivo de investigar os fatos de interesse dos envolvidos, direta ou indiretamente, com a área do Arranjo Produtivo Local, objeto desta dissertação.

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Professor Hugo David Santana (Mestrando)

Professor Doutor Luis Carlos Vinhas Ítavo (professor orientador).

Local:_____.

Data:..../.../.....

NÃO HÁ NECESSIDADE DE SE IDENTIFICAR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES QUE SE SEGUEM: SUAS RESPOSTAS SERÃO RESERVADAS.

PROCURE RESPONDER DA MELHOR FORMA POSSÍVEL OU MARCAR COM UM X AS QUESTÕES QUE SE SEGUEM:

DADOS DO ENTREVISTADO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:_____

Endereço residencial_____

Endereço da atividade:_____

Nacionalidade:_____

Formação/Titulação Acadêmica:_____

Nome da associação ou empresa_____

Tempo de trabalho na associação ou empresa:_____

Nome do cargo ou função_____

Tempo de trabalho nas funções:_____

QUESTÕES:

a) Sua expectativa em relação à sua atividade obteve melhora com a sua participação no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

() Sim () Não

b) Caso positiva a resposta anterior, o que especificamente melhorou, depois da participação no Arranjo Produtivo?

c) Que opinião tem a respeito do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

d) E sobre os outros componentes do Arranjo?

e) Como é sua relação com esses componentes?

f) Que defeitos você poderia apontar no desempenho das atividades do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

g) E que qualidades?

h) O que poderia melhorar no Arranjo Produtivo Local?

i) Que outras observações você poderia apresentar a respeito do relacionamento entre os envolvidos no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal ou sobre suas atividades?

j) Quanto tempo está envolvido no APL?

**AS RELAÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
– TERRA COZIDA DO PANTANAL – NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO
GROSSO – MS.**

**QUESTIONÁRIO CONSULTA DIRIGIDO AOS FUNCIONÁRIOS E/OU ARTÍFICES
DO SETOR CERÂMICO ENVOLVIDOS NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
TERRA COZIDA DO PANTANAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS**

Este questionário consulta tem o objetivo de investigar os fatos de interesse dos envolvidos, direta ou indiretamente, com a área do Arranjo Produtivo Local, objeto desta dissertação.

Agradecemos sua valiosa colaboração.

Professor Hugo David Santana (Mestrando)

Professor Doutor Luis Carlos Vinhas Ítavo (professor orientador).

Local: _____

Data:...../...../.....

DADOS DO ENTREVISTADO

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Endereço residencial _____

Endereço da atividade: _____

Nacionalidade: _____

Formação/Titulação Acadêmica: _____

Nome da associação ou empresa _____

Tempo de trabalho na associação ou empresa: _____

Nome do cargo ou função _____

Tempo de trabalho nas funções: _____

**PROCURE RESPONDER DA MELHOR FORMA POSSÍVEL OU MARCAR COM
UM X AS QUESTÕES QUE SE SEGUEM:**

QUESTÕES:

a) Sua expectativa em relação à sua atividade obteve melhora com a sua participação no Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

☐ Sim ☐ Não

b) Caso positiva a resposta anterior, o que especificamente melhorou, depois da participação no Arranjo Produtivo?

c) Qual sua opinião a respeito do Arranjo Produtivo Local Terra Cozida do Pantanal?

☐ Muito bom

☐ Bom

☐ Ruim

d) Após a implantação do APL Terra Cozida do Pantanal, a sua renda mensal apresentou melhorias?

☐ Sim

☐ Não

☐ Permaneceu a mesma

e) A sua qualidade de vida e a dos seus familiares:

☐ melhorou

☐ piorou

☐ permaneceu a mesma

f) Qual é a sua expectativa em relação ao futuro do Arranjo Produtivo Local – APL?

☐ Deve melhorar

☐ Permanecerá a mesma

☐ Tende a piorar